

MARIA DE LOURDES PINTASILGO E A SOCIEDADE PORTUGUESA

Susana Mota

CEI – Centro de Estudos Interculturais

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

Artigo realizado no âmbito da Bolsa de Integração na
Investigação Científica e Desenvolvimento - IPP/Santander Totta
susanamota34@hotmail.com

Resumo

Sendo certo que as estruturas sociais condicionam e, muitas vezes, determinam a identidade dos indivíduos que se inserem numa sociedade e cultura específica, pareceu-nos importante analisar o modo como Maria de Lourdes Pintasilgo conseguiu romper com algumas estruturas de pensamento e criar novas práticas sociais que conferiram à mulher um novo papel social.

Em que medida a transformação política, económica, social e cultural que ocorreu em Portugal na segunda metade do século XX, possibilitou a Maria de Lourdes Pintasilgo a representação do papel de mulher, técnica, representante política e eclesial? Quais as estruturas culturais que entretanto se alteraram e influenciaram o desenvolvimento da condição da mulher na sociedade portuguesa? Como é que a sociedade nacional e internacional representa Maria de Lourdes Pintasilgo?

A pesquisa documental e bibliográfica que realizámos permitiu a análise dos códigos culturais que regularam as práticas sociais vigentes na sociedade portuguesa durante a ditadura do Estado Novo. Numa época e num país em que as mulheres se viam arredadas da participação ativa na vida política, Maria de Lourdes destaca-se. Acreditamos que, para o prestígio e projeção que alcançou a nível nacional e internacional, muito contribuiu a sua constante necessidade de confrontação, a sua criatividade intelectual e a sua fé.

Palavras-chave: Mulher, estruturas culturais, etnocentrismo, interculturalidade.

Abstract

Given that the social structures shape and often determine the identity of the individuals who are part of a specific culture and society, it seemed important to analyze how Maria de Lourdes Pintasilgo managed to break some though structures and to create new social practices which granted women a new social role.

To what extent does the political, economic, social and cultural transformation that took place in Portugal in the second half of the twentieth century allowed Maria de Lourdes Pintasilgo the representation of the role as woman, technician, ecclesial and political representative? Which cultural structures have meanwhile changed and influenced the development of the woman status in Portuguese society? How does the national and international society represent Maria de Lourdes Pintasilgo?

The documentary and bibliographical research allowed the analysis of the cultural codes that regulated the social practices of the Portuguese society during the Estado Novo dictatorship. At a time and in a country where women were pushed aside from active participation in politics, Maria de Lourdes stands out. We believe that the constant need for confrontation, her intellectual creativity and her faith greatly contributed for the prestige and projection she reached national and internationally.

Keywords: Woman; cultural structures; ethnocentrism; interculturalism.

Introdução

Sendo certo que as estruturas sociais condicionam e, muitas vezes, determinam a identidade dos indivíduos que se inserem numa sociedade e cultura específica, parece-me importante analisar o modo como um indivíduo consegue romper, ou não, com a ideologia ou código comportamental que regula as práticas culturais, sociais e políticas dessa mesma sociedade.

Maria de Lourdes Pintasilgo é, sem dúvida alguma, uma mulher portuguesa que se destaca na história, por ter conseguido romper com algumas estruturas de pensamento, e por ter criado novas práticas sociais que conferiram à mulher um novo papel social.

Este projeto pretende identificar e analisar os fatores culturais que influenciaram a construção da identidade de Maria de Lourdes Pintasilgo enquanto ator social. E, simultaneamente, expor os factos que resultaram da representação do seu papel social e os efeitos que produziram na construção de uma nova identidade coletiva.

Em que medida a transformação política, económica, social e cultural que ocorreu em Portugal na segunda metade do século XX, possibilitou a Maria de Lourdes Pintasilgo a representação do papel de mulher, técnica, representante política e eclesial? Quais as estruturas culturais que entretanto se alteraram e influenciaram o desenvolvimento da condição da mulher na sociedade portuguesa? Como é que a sociedade nacional e internacional representa Maria de Lourdes Pintasilgo?

A pesquisa documental e bibliográfica que realizámos permitiu a análise dos códigos culturais que regularam as práticas sociais vigentes na sociedade portuguesa durante a ditadura do Estado Novo, e a exposição da sua contribuição para a construção e manutenção da identidade coletiva – Portugal – e individual – na pessoa de Maria de Lourdes Pintasilgo.

Estruturas políticas e sociais de Portugal

“O atraso na instrução fora considerado pelas primeiras feministas portuguesas a causa principal da discriminação social e legal das mulheres”¹.

Para o crescimento da população escolar feminina contribuíram várias medidas implementadas entre 1911 e 1916, que visaram a escolaridade gratuita para todas as crianças, a criação do ensino pré-primário oficial, estipularam a escolaridade obrigatória de cinco anos para ambos os sexos, promoveram a co-educação com uma rede de escolas mistas e impulsionaram o ensino secundário oficial. Posteriormente, em 1916, as coordenadas legislativas e os princípios pedagógicos orientadores da escolaridade do sexo feminino passaram a ser avaliados por uma comissão do Ministério da Educação. Estas medidas facilitaram a interiorização de alguns princípios de igualdade.

Em 3 de julho de 1913, o Artigo 1º foi alterado pela Lei nº 3, que determinou que “são eleitores dos cargos políticos e administrativos todos os cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores de 21 anos, ou que completem essa idade até ao termo das operações de recenseamento, que estejam no gozo dos seus direitos civis e políticos, saibam ler e escrever português, e residam no território da República Portuguesa”, com o objetivo de impossibilitar a participação activa das mulheres na vida política portuguesa. De acordo com Vanda Gorjão:

¹ GORJÃO, Vanda, *Mulheres em Tempos Sombrios - Oposição Feminina ao Estado Novo*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002, p. 30.

Um argumento repetido em diversas épocas contra a concessão de direitos políticos às mulheres foi o de que a ligação inerente à família não deixava disponibilidade para a sua participação política, ou, dito de outra maneira, que a participação política constituía um obstáculo ao seu papel na família...Tomou mesmo a forma do presságio de que elas «renunciariam ao lar» se pudessem votar²

A família é a primeira e uma das mais importantes instâncias de formação da identidade dos indivíduos, em que a transmissão de valores, de conceitos e de ideias políticas é realizada de um “modo informal, indirecto e implícito na ética educativa e na organização familiar e doméstica, e compreendem, além de uma dimensão de conhecimento formalizado, componentes relativas a sentimentos, identidades e características da personalidade”³.

Até meados dos anos 40 do século XX, mantiveram-se inalteradas as opções com que se deparavam as famílias da classe média em relação à instrução das filhas, que consistia na educação doméstica, no ensino estatal, no ensino particular laico e nos colégios religiosos. “A instrução primária em casa era muitas vezes defendida com o argumento de que as mães desempenhariam tanto melhor o seu papel quanto mais competências tivessem para acompanhar e supervisionar a educação dos filhos”⁴.

Nessa altura, a atividade profissional das mulheres estava exclusivamente relacionada com profissões tradicionalmente femininas, como o ensino. Nas famílias em que a mãe exercia uma carreira profissional esbatia-se a habitual divisão de tarefas “para a mulher no espaço privado, para o homem o espaço público [...]. O facto de tanto o pai como a mãe terem uma profissão naturalizava o pressuposto de igualdade entre homens e mulheres, que os filhos iriam interiorizar”⁵.

O direito das mulheres ao voto foi instituído em 1931, com o Decreto-Lei nº 19 694, de 5 maio de 1931. Embora toda a ideologia do Estado Novo rejeitasse a participação política das mulheres, a crescente população feminina no ensino secundário e superior, assim como as transformações sociais em curso, conduziram à adoção desta medida que, na prática, só em 1968 alcançou a igualdade do direito de voto entre homens e mulheres, por estipulação do Decreto-Lei nº 2137, de 26 de dezembro de 1968, ainda

² GORJÃO, Vanda, op.cit., p. 39.

³ GORJÃO, Vanda, op.cit., p. 41.

⁴ Vanda Gorjão, op.cit.,p. 48.

⁵ Vanda Gorjão, op.cit.,p. 51.

assim limitado aos cidadãos que sabiam ler e escrever. Obviamente que o direito das mulheres ao voto nunca constituiu uma real ameaça para o regime, uma vez que este mantinha o eleitorado controlado legal, administrativa e politicamente. A Câmara Corporativa, através do parecer emitido em 1968, entendeu que “as mulheres são mais conservadoras do que os homens e temem, muito mais que estes, a aventura e a mudança, e segundo parece, em toda a parte, tanto nos países desenvolvidos como nos países subdesenvolvidos, o voto das mulheres tende a acentuar a ‘personalização do poder’”⁶.

O campo de intervenção político das mulheres foi alargado em 1933, pelo Decreto-Lei nº 23 406, de 27 de dezembro de 1933, permitindo a candidatura de três mulheres pelas listas da União Nacional às primeiras eleições legislativas, eleitas depois deputadas na Assembleia Nacional. Foram elas Cândida Parreira, advogada, Domitília de Carvalho, médica, e Maria Guardiola, reitora do liceu feminino Maria Amália. No entanto, o facto de integrarem o sistema político não é sinónimo de representarem ativamente um papel de actor político. A trilogia “Deus, Pátria e Família” orientava as dirigentes políticas cujas ações na Mocidade Portuguesa Feminina e na Obra das Mães pela Educação Nacional eram direccionadas para a reforma moral, da segurança, da assistência e da protecção à mulher e à criança⁷. Estas eram as estruturas de pensamento que orientavam a sociedade portuguesa, e o facto de estas mulheres serem pioneiras na cena política não significava que tivessem ultrapassado os códigos comportamentais que regulavam a sua atuação, uma vez que se mantiveram na linha de pensamento e ação defendida pelo regime.

Com a institucionalização do Estado Novo a partir de 1933, os princípios democráticos e liberais, assim como as influências republicanas no sentido da igualdade entre sexos sofreram um retrocesso. Foram realizadas alterações jurídicas na esfera da família, do trabalho e da educação que interromperam os avanços entretanto conseguidos no estatuto da mulher. O objetivo de Salazar era “organizar a Nação, de alto a baixo, com as diferentes manifestações de vida colectiva, desde a família aos corpos administrativos e às corporações morais e económicas, e integrar este todo no Estado, que será assim a sua expressão viva”⁸.

⁶ “Parecer nº15/IX sobre a proposta de Lei nº 3/IX de alteração à Lei Eleitoral”, Diário das Sessões, Câmara Corporativa, IX Legislatura, Suplemento nº 156, 19 de Dezembro de 1968 in Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa; Presença, 1988, p.198.

⁷ GORJÃO, Vanda, op.cit., p. 77.

⁸ SALAZAR, “A restauração nacional e os seus opositores – Exposição pública nos jornais de 26 de Janeiro de 1930”, in *Antologia (Discursos, Notas, Relatórios, Teses, Artigos e Entrevistas) 1909-1953*, Lisboa:

Em 1940, apenas um terço das crianças em idade escolar frequentava a escola. As raparigas eram educadas para saber coser, cozinhar, para serem a flor do lar, a filha obediente, a esposa dedicada, a mãe atenta e carinhosa. Esperava-se que a mulher se mostrasse agradável, bondosa, forte e indulgente.

O discurso antifeminista está presente em várias manifestações culturais, sociais e políticas, atribuindo à mulher como função social e económica a maternidade e o seu regresso ao lar. O feminismo estava associado a ideias contrárias à função natural da mulher e entendido como uma representação da situação de decadência e declínio da sociedade portuguesa. Está aqui patente o essencialismo que confere ao “outro” e àquilo que é diferente, o rótulo, a categoria inferior, por não se encaixar na identidade social coletiva.

Por entidade social coletiva entende-se um conjunto de direitos e de deveres que são atribuídos aos indivíduos pela sociedade e cultura em que estes se inserem e que definem um código comportamental que regula os comportamentos e práticas do indivíduo no quotidiano.

Não obstante a ideologia severamente cultivada pelo regime, de acordo com Vanda Gorjão, as mulheres que assistiram na sua infância à detenção de familiares e amigos opositores ao regime foram votadas a um “destino político”, mantendo na idade adulta o posicionamento político da família e assumindo um papel de herdeiras que honraram a tradição familiar.

Podemos afirmar que inicialmente a relação das mulheres com a política foi introduzida pelas figuras masculinas nos seus lares, sendo herdada pelas filhas que cresceram num ambiente familiar politizado e que, pelas suas próprias experiências e competências, conseguiram criar novas dinâmicas do papel feminino, quer na política, quer na sociedade em geral.

Cabia às mulheres cujos maridos eram perseguidos, presos, deportados ou exilados assegurar a manutenção económica, a educação e formação dos seus filhos, assim como a função de lhes transmitir os valores políticos defendidos pela figura paterna.

No entanto, a propaganda do Estado Novo, realizada através de várias representações culturais, forçava as mulheres a assumirem o papel de esposas, mães e donas de casa dedicadas, num esforço obsessivo de controlar “o feminismo [do qual]

Editorial Vanguarda, 1954, p. 218 in PIMENTEL, Irene Flunser, *Influências internas e externas na Obra das Mães e na Mocidade Portuguesa Feminina*, Lisboa: Campus Social, 2006/2007.

fazia parte de um mesmo caldo ideológico onde se incluía o individualismo, o liberalismo, o partidarismo, o socialismo, o anarquismo e o comunismo”⁹. O regime entendia a “cidadania feminina” não como a participação política ativa e formal, mas antes como um papel muito mais importante para a sociedade: ser esposa e mãe, obedecendo, no entanto, à “natural” hierarquia das diferenças de género, em que os papéis e os lugares do homem e da mulher não pressupunham uma relação de superioridade masculina.

Organizações femininas

Visando o plano salazarista relativo ao papel das mulheres, foi criada em 15 de agosto de 1936, pelo Decreto-Lei nº 26 893, a primeira organização estatal de mulheres, a Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN) que, de acordo com o Ministro da “Educação Nacional”, Carneiro Pacheco, tinha dois objetivos: por um lado, a reeducação das mães e a assistência materno-infantil, através dos centros sociais e educativos, das «semanas da mãe» e dos «prémios às famílias numerosas» e, por outro lado, a antecipação e prolongamento da escolaridade através da educação infantil, das cantinas escolares e da criação da Mocidade Portuguesa Feminina (MPF)¹⁰.

A OMEN defendia que a mulher culta deveria estar no lar, onde educaria os filhos e fortaleceria a família, célula primária da sociedade:

A sua presença no lar vocacionava a mulher para desviar o esposo de ideias falsas, mas também a sua acção como mãe e educadora de futuras gerações a colocava no papel ideal para ‘destruir’ as ‘aberrações’ ideológicas, femininas e existenciais que minavam a sociedade¹¹.

De acordo com o relatório de atividades da OMEN, esta organização regista na sua história três fases distintas:

- Entre 1938 e 1945, a sua implantação e ação educativo-assistencial através dos primeiros centros sociais e educativos.

⁹ NUNES, João Arsénio, *Salazar e os fascismos*, in *Vértice*, nº 13, 1989, pp. 9-19.

¹⁰ *Diário de Notícias*, 16 de julho de 1936 in PIMENTEL, Irene Flunser, *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, Lisboa: Temas e Debates, 2001.

¹¹ PIMENTEL, Irene Flunser, op. cit., p. 99.

- Entre 1946 e 1958, atuação no meio rural através dos centros de formação familiar rural.
- Entre 1959 e 1971, traduz-se na procura da colaboração “com uma sociedade em franca evolução e resolução, tanto no âmbito familiar como social”¹².

A Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) foi concebida como uma organização integrante da OMEN, mas em 1950 tornou-se oficialmente autónoma por Decreto-Lei 38 122, de 29/12/1950.

Acredita-se que esta organização nasceu pela mão do então Ministro da Instrução Pública, Gustavo Cordeiro Ramos, a quem se atribui a autoria do projeto da Ordem Lusa, cujo propósito era colaborar no “Robustecimento e elevação de Portugal pelo espírito de disciplina e energia das novas gerações e pelo esforço físico ou moral que elas prestam praticamente em nome da ordem pública ou defesa da nação”¹³. Este objetivo seria alcançado através da organização dos jovens por grupos etários: entre os 8 e os 14 anos, os 14 e os 18 e entre os 18 e os 21 anos de idade:

*O amor da Pátria, da sua história e da sua missão na humanidade, o ideal agrícola, marítimo e colonial, os princípios da família, autoridade, ordem e propriedade, a firmeza das crenças próprias e o respeito das alheias e a disposição de bem servir o país*¹⁴.

Carneiro Pacheco abordou o tema da Educação da mulher em 8 de novembro de 1937, num discurso em que referiu que a sua educação deveria incluir a verdadeira formação moral para alcançar a superioridade na educação dos filhos e torná-la apta para a ação social. De acordo com Carneiro Pacheco, as necessidades de “formação do carácter, o desenvolvimento da capacidade física, a cultura do espírito e a devoção ao serviço social, no amor de Deus, da Pátria e da Família” excediam as capacidades da família e da escola, razão pela qual incumbiu a OMEN de constituir a secção feminina da Mocidade Portuguesa¹⁵.

¹² Relatório de atividades da Obra das Mães Pela Educação Nacional, Lisboa: Março de 1971 in PIMENTEL, Irene Flunser, op. cit., 2001.

¹³ Arquivo Salazar, AOS/CO/ED-1C, «Criação da Ordem Lusa e respectiva regulamentação», s.d. in PIMENTEL, Irene Flunser, *Influências internas e externas na Obra das Mães e na Mocidade Portuguesa Feminina*, Lisboa: Campus Social, 2006/2007.

¹⁴ PIMENTEL, Irene Flunser, *Influências internas e externas na Obra das Mães e na Mocidade Portuguesa Feminina*, Lisboa: Campus Social, 2006/2007, p. 20.

¹⁵ PIMENTEL, Irene Flunser, *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, Lisboa: Temas e Debates, 2001, p. 202.

O objetivo primordial da organização era formar uma mulher “nova” através da educação moral, cívica, física e social.

Quando em 1938 se gerou polémica acerca do desporto e da “militarização” das jovens, em jeito de resposta à Igreja Católica, com quem disputava a organização e educação da juventude, Carneiro Pacheco tentou apaziguar os ânimos e atribuiu a mulheres católicas e tradicionalistas a direção e orientação destas organizações femininas.

Entre 1938 e 1966, a MPF viveu várias fases. A primeira fase compreende a formação e implantação da organização, em 1938, provocada pela fascização despoletada pela Guerra Civil em Espanha, e termina em 1947, após a Segunda Guerra Mundial, aquando do restabelecimento do regime salazarista.

Em 1948 inicia-se a inserção da MPF no currículo escolar, fase que termina em 1957, num período em que se iniciam algumas mudanças na organização, promovidas por alguns elementos mais “liberalizantes” do regime.

Entre 1958 e 1967, após a remodelação de 1957/1958, a organização enfrentou crescentes resistências pelo facto de se verificar a sua intromissão nas atividades escolares, nomeadamente com uma duplicação de atividades que afetavam as aulas. Em 1966, o então Ministro da Educação Nacional promulgou a reforma das Mocidades que, a par das alterações que começavam a manifestar-se na sociedade portuguesa e o desenvolvimento da guerra em África, assinalaram o princípio do fim do regime.

Entre 1968 e 1974, assistiu-se ao fim da MP e da MPF, quando José Veiga Leitão, responsável pela pasta da Educação Nacional, acabou com o regime de obrigatoriedade.

A ideia de criar uma mulher “nova”, dedicada à família, ao lar e à ação social, com recurso a estratégias que envolvem a educação desde tenra idade, com o objetivo de formar mentalidades, é típico das ditaduras e é, manifestamente, uma postura essencialista, que limita a ação da mulher à reduzida esfera do lar.

Maria de Lourdes Pintasilgo

Em 1939, Maria de Lourdes Pintasilgo, então com 13 anos, foi admitida no curso de graduadas da MPF. Nessa altura, a formação moral, a qualidade de chefia e o interesse pela MPF eram dos critérios com maior peso para a admissão nestes cursos, que se destinavam a formar futuras dirigentes e colaboradoras do Estado Novo, profissionais diferenciadas ou donas de casas aptas para a gestão do lar.

Mais tarde, a MPF divulgou alguns testemunhos de ex-graduadas. Uma delas foi Maria de Lourdes Pintasilgo, que salientou “o clima de entusiasmo e generosidade, de gosto pelos grandes ideais e de pronto espírito de serviço que as aulas de formação, as colónias de férias e acima de tudo o curso de graduadas proporcionavam, assim como alguns valores que lhe tinham sido transmitidos como a “repulsa pela mediocridade” e a certeza de “uma vocação própria da Mulher no mundo, base natural em que mais tarde havia de assentar a [sua] vocação ao serviço da Igreja universal”¹⁶.

Maria de Lourdes Pintasilgo cedo se destacou pela sua criatividade intelectual, pela sua postura e convicções. Mas quem foi afinal esta mulher reconhecida internacionalmente pelo seu prestígio intelectual, pelo seu sentido ético, pela sua coragem cívica e pelo seu envolvimento com o futuro?

Maria de Lourdes Pintasilgo nasceu em 18 de janeiro de 1930, em Abrantes. Filha de Jaime Matos Pintasilgo, comerciante, e de Amélia do Carmo Ruivo da Silva Matos Pintasilgo, doméstica. Nessa altura, os horizontes terminavam nos limites do distrito, o analfabetismo, a falta de informação e as deficientes vias de comunicação alimentavam a falta de interesse pelo que se passava no exterior, fornecendo uma sensação de segurança às suas gentes. Os nascimentos, casamentos, mortes e escândalos privados eram os acontecimentos que animavam a vida da comunidade. “Conservar uma boa imagem, conforme os parâmetros estabelecidos, era o passaporte para uma vida sem sobressaltos e uma morte assistida”¹⁷.

Maria de Lourdes cresce sob influências da sua avó Raquel, que escapa a estes padrões culturais, mostrando uma rara flexibilidade de espírito. A família Ruivo da Silva é obrigada a mudar frequentemente de residência pelo facto de José, marido de Raquel, ser militar, o que propicia a abertura de espírito, a necessidade de adaptação e a tomada de decisões por parte da avó Raquel.

Em 1930, o país vive afundado numa crise económica e social que faz rarear bens essenciais como o leite, o pão, a carne e os legumes. Perante o medo de circular na rua, as crianças deixam de ir à escola. O golpe militar do General Gomes da Costa, em 28 de maio de 1926, é bem recebido pela população que estava cansada da fome, mas depressa as convulsões, governos e remodelações instituem o desânimo entre a população.

É em julho de 1930 que é criada a União Nacional, como partido único do Estado

¹⁶ Revista *Menina & Moça*, número comemorativo de 1967 in PIMENTEL, Irene Flunser, op. cit., p. 262.

¹⁷ BELTRÃO, Luísa e HATTON, Berry, *Uma história para o futuro, Maria de Lourdes Pintasilgo*, Lisboa: Tribuna, 2007, p.19.

Novo. Posteriormente, em 1933, a Constituição viria confirmar o caráter ditatorial do regime. Este não é um fenômeno único ou isolado, pois por toda a Europa assiste-se ao nascimento de novas ditaduras, como consequência da desorientação que surgiu com o final da Primeira Guerra Mundial.

De origem militarista, a família Ruivo da Silva, rege-se por valores apregoados pelo Estado Novo, considerados válidos, como a justiça, a obediência e a honestidade. Deus, Pátria e Família é a filosofia que irá inculcar no espírito de Maria de Lourdes Pintasilgo o sentido de obediência, de respeito pela autoridade e que a orientarão nos primeiros vinte anos de vida.

Maria de Lourdes não foge à regra. Aos quatro anos aprende a bordar, um requisito, entre outros, exigido às donas de casa mais competentes e que era incutido nas mentalidades de então, com o intuito de moldar mentalidades quanto ao lugar da mulher na sociedade. Segundo familiares próximos, Maria de Lourdes faz jus ao nome, cantando como um pintassilgo, todo o dia alegre dançando pela casa. Mas essa alegria, esse brilho nos olhos com que a descrevem, irá desvanecer na altura em que Jaime Pintasilgo, seu pai, desaparece da vida familiar e de Abrantes para, alegadamente, se entregar a excessos e vícios antigos, deixando a loja falida e abandonando a mulher e os filhos à vergonha na praça pública. A notícia escandalizou a cidade Ribatejana, uma vez que, à época, a imagem social exigia alguns valores como a honestidade e a virtude e quem não merecesse esse respeito era colocado à margem, desprezado, marcado para sempre. Ao contrário de uma viúva, uma mulher abandonada não podia refazer a sua vida, teria que carregar o fardo da vergonha por toda a sua vida.

Amélia decidiu sair de Abrantes, quando por coincidência o seu tio Augusto foi nomeado para um quartel da capital, facilitando assim a mudança da família. Raquel, decidida a apoiar a filha e netos, larga a terra, a família e os amigos e vai para Lisboa.

Entre os seis e os nove anos de idade, Maria de Lourdes ter-se-á apercebido da vergonha e humilhação a que a família fora votada pelo abandono do pai e torna-se uma menina reservada. Embora os seus resultados escolares sejam extraordinários, a menina sente alguma dificuldade em adaptar-se ao tráfego da cidade, às distâncias, aos transportes públicos e às meninas da escola, já familiarizadas com os hábitos citadinos e ágeis nas competências sociais. Talvez este sentimento de inferioridade tenha sido um dos motivos que a levou a desenvolver uma invulgar dedicação à leitura. Maria de Lourdes não brincava com bonecas: lia romances e, à noite, na casa em que

constantemente se realizavam jantares e serões, a menina representava, distraía os adultos e por isso recebia aplausos.

Maria de Lourdes obtém as melhores classificações do colégio e no exame final da Primária passa com distinção, algo raro, considerando que na altura bastavam 3 erros ortográficos para reprovar a Português. Na época, as crianças não tinham a possibilidade de decidir por si, e muito cedo era-lhes exigido um elevado grau de responsabilidade. Assim, no final da escola primária, ao invés de seguir para o Conservatório, como era sua vontade, Maria de Lourdes seguiu a orientação da mãe e foi para o liceu:

Da minha mãe veio-me um estímulo muito grande para uma actividade intelectual feita de persistência. Estou a lembrar-me, por exemplo, que no liceu Filipa as melhores alunas costumavam receber um livro como prémio na disciplina em que tinham tido a melhor nota do seu ano. No primeiro ano, pela disciplina de Francês, recebi um livro da Condessa de Segur no original. Ora eu não sabia francês que chegasse para ler um livro! A minha mãe limitou-se a lembrar-me que os dicionários existiam para essas situações...a partir daí, não me lembro de ter lido na tradução portuguesa um único livro de autor francês.¹⁸

Em outubro de 1940, Maria de Lourdes entra no liceu D. Filipa de Lencastre. Nesse ano comemoram-se os oitocentos anos de fundação da nacionalidade e os eventos e celebrações sucedem-se. A Exposição do Mundo Português, em Lisboa, deslumbra a menina, despertando em si sentimentos de pertença à pátria e desenvolvendo um vínculo com as instituições públicas. Foi também nesse ano que a Concordata com a Santa Sé, um acordo que regula as relações entre a Igreja e o Estado e estipula as orientações a serem cumpridas quer no âmbito religioso quer no âmbito moral, estabelece o fim do divórcio civil para os casais de matrimónio religioso. Maria de Lourdes pede à sua mãe que não se divorcie, pois os filhos de pais divorciados eram alvo de estigma social. Uma família separada pelo divórcio era vista, à luz das referências culturais de então, como sinal de desagregação de costumes. Amélia acede ao seu pedido e mantém o seu estatuto de mulher só, abandonada, sem direito a qualquer reclamação legal.

Importa referir que a política educativa foi uma das áreas mais acarinhadas pelo Estado Novo. A estruturação de mentalidades que então se operou influenciou gerações e

¹⁸ BETTENCOURT, Ana Maria e Silva e Maria Margarida (coords.) *Mulheres Políticas: As suas causas* in BELTRÃO e HARRY, op. cit., p. 52.

serviu como um dos mais fortes suportes do regime ditatorial. O exame realizado no final da Primária tinha como finalidade não só selecionar os alunos capazes de continuar os seus estudos, mas também cumpria o objetivo de os seriar. A Escola orientava-se por um critério de excelência. Existia uma constante preocupação em estabelecer estruturas orientadoras e, para isso, definiram-se quadros de honra, prémios de mérito, cerimónias solenes, etc. Mas esta forma pedagógica viria a revelar um certo carácter subversivo, pois as alunas eram “catalogadas” com a cor do emblema que usavam na bata branca, conforme o ano em que entrassem na escola, pelo que quem reprovasse seria facilmente identificada pela cor do emblema. A disciplina “feroz” era entendida como imperativo necessário ao correto funcionamento das atividades escolares e como um valor necessário a interiorizar, como forma de respeito para com a figura de autoridade que representava o professor.

O número de alunos a frequentar o liceu passou de quatro mil, em 1930, para sessenta e cinco mil, em 1960. Há, no entanto, que referir que, num país com tão alta taxa de analfabetismo, a frequência do liceu representava uma cultura elitista, acessível apenas a alguns. Enquanto alguns frequentavam as escolas técnicas, a maioria das crianças que terminava o ensino obrigatório, na 4ª classe, passava imediatamente à vida ativa.

Maria de Lourdes passará o liceu em lugar de destaque pelo seu empenho e resultados obtidos, sempre exigente e pouco tolerante com os falhanços, o que a leva, logo no 1º ano, ao Quadro de Honra, onde ficará até ao final do liceu.

A Mocidade Portuguesa, organização desenvolvida por Marcello Caetano para o desenvolvimento integral da juventude e formação de mentalidades e de uma identidade cultural coletiva, encontrará em Maria de Lourdes uma boa aluna e discípula, não apenas porque lhe propicia a segurança que o liceu, com as suas exigências e disciplina, tendem a abalar, mas porque lhe permitirá o encontro com o Catolicismo. O *Diário de Notícias* de 10 de julho de 2004 divulga uma entrevista dada a Anabela Mota Ribeiro:

(...) venho de uma família que não era cristã praticante. A minha avó do lado materno, que foi das mulheres que mais me influenciaram, era profundamente agnóstica.

É na Mocidade Portuguesa e na Acção Católica que irá encontrar as amigas e orientadoras nesta fase da sua formação. Mais tarde, na JUCP – Juventude Universitária Católica Portuguesa: “ A fé aparece mais como um ideal de vida e não como uma

actividade de ritos.”¹⁹

A decisão do curso universitário já estava tomada há muito, mas se este era uma realidade muito rara no mundo juvenil feminino, a frequência de engenharia torna-se uma opção ainda mais insólita. Aos dezassete anos, Maria de Lourdes ingressa no mundo universitário e entra no Instituto Superior Técnico (IST). Esta veio a ser uma outra fase ainda mais diferenciada na sua vida. Segundo Corrêa Gago, naquela época esperava-se que aos dezasseis ou dezassete anos os alunos se tornassem adultos pelo facto de entrarem na Universidade. O ritmo de trabalho era de grande exigência e nem todos conseguiam chegar ao fim. Maria de Lourdes justifica a sua opção pelo desafio que representa para uma mulher seguir tal caminho, mas também pelo desejo de melhorar a condição operária, claramente desfavorecida no processo de industrialização. Imbuída de um espírito missionário, ela pretende tornar-se engenheira para aprender a cuidar com eficiência. Em relação à Universidade, na altura com elevadas cargas teóricas, ela revela que “ A Universidade é o meio onde se adquirem hábitos de trabalho individual, treino de trabalho em equipa e capacidade de liderança. No IST tudo isso era pedido”²⁰.

Alguns colegas descrevem-na como uma jovem independente, centrada no esforço da competição e no serviço solidário, que se guiava por elevados padrões conservadores; perfil bem distinto da jovem divertida e sensual ou da figura maternal e tímida que despertava as atenções dos rapazes. Já as raparigas referem-se a Maria de Lourdes como uma líder que realizava reuniões e procurava convencê-las a aderir à Juventude Universitária Feminina (JUF). Recordam uma figura alegre, com um bonito sorriso mas pouco feminina, despreocupada com os adereços e com as roupas, nada interessada nos rapazes ou nas festas.

Apesar das 48 semanais, do estudo e da sua saúde frágil (desde sempre), Maria de Lourdes consegue participar ativamente na Acção Católica, continuar a dar aulas de Religião e Moral no Liceu D. Filipa e a realizar ações de natureza social nos bairros de lata.

Nos anos cinquenta, as encíclicas papais defendem a luta pela paz, pela justiça e pela humanização dos povos, levando vários grupos de trabalho à análise dos problemas, à procura de respostas e à implementação de medidas. É mais tarde, nos anos sessenta, que surgem grupos de intervenção política com origem na JUC. Maria de Lourdes

¹⁹BELTRÃO e HATTON, op. cit., p. 49.

²⁰ *Idem*, p. 67.

entende como ineficazes as mudanças promovidas pela imposição de ideologias, sempre defendendo a mudança de mentalidades e de estruturas como motor das alterações pretendidas. Uma ideia que se tornou a base da sua “Teoria das Brechas”, segundo a qual as mudanças de estruturas deviam ser feitas através do interior e não de forma contrária.

A universidade começa a ter um papel fundamental na vida sociopolítica do país, quando a JUC, de cunho cristão e o Movimento de Unidade Democrática (MUD), de carácter político oposicionista, se lançam numa competição para conseguir recrutar as elites universitárias. “Nos anos cinquenta, a Universidade não detinha apenas um papel instrutivo, havia nela um cariz formador muito forte, resultante sobretudo do convívio entre colegas”²¹: é essa elite, com origem nas faculdades de Medicina, Letras, Direito e Economia, que mais tarde terá um papel preponderante no futuro do país.

Assim, no ano letivo 1951/1952, uma comissão de alunos da Universidade de Lisboa concebeu, elaborou, efetuou e fez o tratamento de um levantamento sobre a situação dos alunos universitários e registou dois mil inquéritos. Tratou-se, segundo Manuela Silva, de um levantamento sério sobre a situação e os problemas da Universidade, a partir do qual se conceberam ideias realistas que permitiriam mudar as estruturas. Em *Palavras Dadas*, Maria de Lourdes Pintasilgo refere-se a este processo: “era nessa etapa que ganhava corpo o que nos aparecia como distinto: a mudança das estruturas e a mudança das mentalidades”.

O resultado dos inquéritos realizados não foi do agrado do Governo, que chamou os co-presidentes da organização. Maria de Lourdes pediu que indicassem os erros da análise e da interpretação desses resultados e nada mais foi dito.

Ainda em 1952, apesar das várias vozes discordantes, Maria de Lourdes é eleita presidente da Juventude Universitária Católica Feminina (JUCF). A presidência desta organização abre-lhe novas perspetivas e permite-lhe um alargamento do campo de ação. Numa altura em que as raparigas não saíam sozinhas de casa, Maria de Lourdes teve a possibilidade de frequentar reuniões no estrangeiro, tal como lhe era exigido pelo cargo. Por inerência, participará no Movimento Internacional de Estudantes Católicos – *Pax Romana*. O papel de presidente nacional da JUCF e a sua participação na *Pax Romana* permitem-lhe conhecer “as dimensões do mundo”, descobrir a Europa. É na direção desta organização que entra em contacto com uma sociedade, delimitada por referências cristãs, mas culturalmente diversa e que a faz relativizar as estruturas que conhece. Salienta-se

²¹ BELTRÃO e HATTON, op. cit., p. 73.

que este cargo diretivo foi pela primeira vez atribuído a uma mulher.

Assim que toma posse, começa a preparar em conjunto com Adérito Sedas Antunes – Presidente da JUC – o congresso com o tema *O Pensamento Católico e a Universidade*. É nessa altura que ela estabelece contactos com pessoas influentes como Eurico Dias Nogueira, futuro bispo de Braga, de quem se torna amiga; Marcello Caetano e Lindley Cintra, contactos esses que lhe viriam a dar alguma visibilidade e apoio no futuro.

O congresso extravasou os limites da universidade. Foi inaugurado pelo então Ministro da Educação, Pires de Lima, como representante do governo. O Cardeal Cerejeira faz o encerramento e é também dada a oportunidade de participação a uma operária da Juventude Operária Católica Feminina (JOCF): Maria Vitória Pinheiro, que se refere a este Congresso como uma atividade que deu aos jovens universitários a oportunidade de conhecerem os problemas do mundo do trabalho e torná-los conscientes do quanto havia a fazer no país²².

No seu discurso ao Congresso, Maria de Lourdes revela as suas preocupações com a necessidade de uma reorientação ideológica, de um empenhamento na construção da ciência e na resolução dos problemas nacionais: “É desse tempo [que] vem o meu interesse pela transformação das estruturas e das instituições, a par da mudança dos corações e das mentalidades”²³. Nesse sentido, trabalha ativamente na *Presença*, a revista da JUCF e apoia a revista *Encontro*, da JUC masculina, que se tornarão um meio eficaz de divulgação das suas ideias.

Nada fugia ao controlo do regime. Depende da PIDE a autorização de passaporte para as deslocações ao estrangeiro. As viagens e os contactos com jovens de outros países permitem-lhe perceber o atraso do país: a censura, a estreiteza de vistas, o desencorajamento dos diálogos e a confrontação de diferentes ideologias parecem ser estruturas impossíveis de mudar.

É também em 1952 que se registam várias manifestações estudantis com origem no Instituto Superior Técnico, contra a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) que fora oficialmente constituída em fevereiro desse mesmo ano. Vários alunos são presos, alguns são proibidos de voltar a frequentar a universidade. Os católicos começam a agrupar-se de acordo com as diferentes sensibilidades. No entanto, Maria de Lourdes mantém-se em contacto com todos, orientando-se pelo conceito de mudança de

²² Maria Vitória Pinheiro in AAVV, *Mulher das Cidades Futuras*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000, p. 235.

²³ BETTENCOURT e PEREIRA, in BELTRÃO e HATTON, op. cit., p. 82.

mentalidades de dentro para fora: a mudança da sociedade deveria ser realizada através das instituições que a estruturavam.

Tal como era então exigido, realiza nas férias de verão o estágio na CUF, a maior empresa de indústria química e nível nacional, o que lhe permitiu entrar em contacto com a realidade do mundo fabril e as condições hostis do mesmo. Nessa altura ainda não se falava em ecologia e eram frequentes as doenças profissionais causadas pelas cinzas que resultavam dos processos de fabrico.

Termina a sua formatura em 1953, no mesmo ano em que a PIDE abre registo em seu nome. Para além dos dados pessoais, Maria de Lourdes é referida como ativista da JUC e politicamente afeta ao Estado Novo. Ainda nesse ano, no mês de Setembro, dá entrada na vida profissional como bolseira no Instituto de Alta Cultura, na Junta de Energia Nuclear.

Em vez de seguir uma carreira universitária, como docente ou como investigadora, Maria de Lourdes escolhe a via industrial fabril, uma área predominantemente masculina. As mulheres associadas a esta atividade eram operárias, sem formação equiparável à sua. Apesar do enorme atraso e da precariedade em que vivia o povo português, comparando com outros países ocidentais, Portugal era o país que tinha o maior número de mulheres engenheiras, o que causava estranheza entre a comunidade internacional.

Em 1954 foi nomeada chefe dos serviços no Departamento de Estudos e Projectos da CUF, tornando-se a primeira mulher a entrar nos quadros técnicos daquela que era considerada a maior entidade industrial do país.

O facto de se ter mudado para o Barreiro, vivendo lado a lado com as pessoas que trabalhavam nas unidades fabris da CUF, fez com que tomasse conhecimento da real situação dos operários, do ambiente altamente poluído em que viviam, das duras regras de produção exigidas, do cansaço e da injustiça dos seus salários. Rapidamente percebeu que era o poder político que condicionava as iniciativas privadas e dessa forma definia estruturas que favoreciam essas situações desumanas.

Apenas uma percentagem muito baixa da população era abrangida pela Segurança Social. Os deficientes, doentes crónicos, carenciados e idosos estavam entregues à solidariedade da família ou à esmola. As mulheres, pelo seu estatuto sociocultural, eram quem mais sofria. A discriminação salarial, a chantagem sexual e a violência eram os fenómenos usados contra as operárias das unidades fabris pelos superiores hierárquicos,

com o óbvio objetivo de as dominar. No entanto, no decorrer dos anos 50, a população estudantil, que passa a incluir mais mulheres, começa a questionar-se sobre a condição e a identidade social e política da mulher em Portugal. A Acção Católica contribuiu em muito para a transformação das mentalidades juvenis dessa altura.

Maria de Lourdes é uma vez mais pioneira. A sua intervenção no Congresso da *Pax Romana*, em 1956, foi tão impressionante, que é eleita para integrar o seu Comité Diretor. Importa referir que este movimento da Igreja está então difundido pelos cinco continentes e conta com um elevado número de membros. Pelo facto de ser a primeira vez que a presidência desta organização é atribuída a uma mulher, o assunto tem que ser submetido à aprovação da Igreja, que responde nada ter a obstar.

O cargo diretivo na *Pax Romana* permite-lhe a entrada num ambiente culturalmente diverso, ainda que circunscrito à esfera cristã, mas perante essa diversidade ela poderá comparar e relativizar as estruturas que conhece. Trata-se de um trabalho absorvente, que exige constantes deslocações ao estrangeiro e uma dedicada preparação das conferências.

Quando vai pela primeira vez a África, em 1957, na qualidade de Presidente da *Pax Romana*, Maria de Lourdes preside ao Primeiro Seminário de Estudantes do Gana e toma contacto com a realidade das colónias portuguesas. O seu discurso de agradecimento, no qual deixa bem claro o seu desejo de que toda a África seguisse o caminho da autodeterminação, valeu-lhe uma repreensão do Presidente da empresa, do Ministro da Presidência Marcello Caetano e do Cardeal Patriarca de Lisboa. Esta experiência coloca-a face a uma nova dimensão: a diplomacia.

Mais tarde, numa viagem, na qualidade de presidente do Movimento de Estudantes Católicos (MIEC), Maria de Lourdes conhece Rosemary Gold, que lhe fala sobre um movimento de mulheres, o Graal, cuja sede se situa na Holanda, e convida-a a visitá-lo. Esta organização tem como finalidade a promoção da intervenção ativa das mulheres na Igreja e na sociedade, tal como desejava Maria de Lourdes, que rapidamente vê o seu rumo de vida definido. É então que decide abandonar tudo para se dedicar por inteiro a uma vocação. Decide, com um grupo de amigas, abrir um centro Graal em Portugal. Mas como não tinham fortuna pessoal, a decisão de abrir o primeiro centro Graal no país foi tomada apenas no final de 1957.

Em entrevista a Maria João Avillez, Maria de Lourdes fala sobre o movimento:

*O GRAAL tem pelo mundo fora diversas equipas, muito mobilizadas para aquilo que se chamou o desenvolvimento comunitário – adquirindo, mais tarde, expressão concreta na teologia da libertação. Libertação entendida como um conceito de libertação das sociedades, num plano social, económico e necessariamente político. Tudo isto norteado pelo ideal cristão, com o qual me identifico totalmente.*²⁴

A televisão surge em Portugal nesse mesmo ano de 1957 e torna-se lentamente um dos veículos mais poderosos de socialização e de divulgação de novas estruturas de pensamento. Quase que impercetivelmente, a televisão vai alterar hábitos e costumes dos portugueses, estabelecendo novos padrões de comportamento.

Entretanto, Maria de Lourdes sente que todo o trabalho até então realizado culminava num novo percurso: o Graal. Por essa razão, abandona as suas funções de presidente da *Pax Romana* e, em 1961, abandona a sua carreira profissional como engenheira:

*Decidi interromper a minha actividade profissional e, no quadro do movimento do Graal, realizar um trabalho social e cultural que, a meu ver, tocava ao mesmo tempo nas mentalidades e nas estruturas. Pretendíamos, por um lado, contribuir para a consciencialização dos jovens na Universidade e, por outro, começar a realizar alguns projectos directamente com as camadas sociais onde a necessidade de transformação mais se fazia sentir. Tinha também responsabilidade de nível internacional: a coordenação de equipas em vários continentes, sobretudo orientadas para o desenvolvimento social e para a promoção da mulher enquanto motor de transformação da sociedade.*²⁵

A concretização deste projeto não seria tão fácil como à partida se poderia pensar. É que, ao contrário da Holanda, onde foi fundado o movimento e onde existe liberdade de pensamento, em Portugal ainda se encontra muita resistência às mudanças. Na verdade, não havia registo na história no nosso país de um movimento cristão que não dependesse da hierarquia da Igreja. Além disso, o facto de ser um movimento internacional, marcado pela cultura holandesa e norte-americana, causava algum receio ao Cardeal Cerejeira. O diálogo com outras culturas era visto como uma ameaça às estruturas sociais

²⁴ Entrevista dada a Maria João Avillez in BELTRÃO e HATTON, op. cit., p. 112.

²⁵ BETTENCOURT e PEREIRA, op. cit., p. 220.

estabelecidas com base na trilogia “Deus, Pátria e Família”. O país vivia uma crise aguda e, por isso, o ambiente era pouco favorável à introdução de novas ideias. O projeto acabou por se concretizar, não obstante as resistências inicialmente colocadas.

O primeiro centro abre, com autorização do bispo, em Coimbra. Passado um ano, e fruto da curiosidade do bispo de Portalegre, nasce o segundo centro. Um grupo de mulheres que vive no mesmo apartamento, em espírito comunitário, na partilha da oração, dos rendimentos, das ideias e da intervenção social. No Portugal dos anos sessenta, tudo o que se diferencia dos padrões sociais estabelecidos dá origem ao preconceito e ao estigma. Um grupo de mulheres celibatárias vivendo juntas só tinha uma interpretação possível: eram lésbicas. Esta é uma visão essencialista que revela que nem sempre o preconceito é dirigido a pessoas com diferentes origens sociais ou mesmo geográficas. Aqueles que ousam mostrar-se diferentes, aqueles que não atuam dentro dos limites dos parâmetros sociais e culturais vigentes, são frequentemente alvo de preconceito, sendo-lhes atribuída uma categoria social, do mesmo modo que se coloca um rótulo numa caixa que se arruma numa prateleira.

Em 1963, como reconhecimento pelo trabalho entretanto realizado, Maria de Lourdes é eleita vice-presidente do Graal Internacional, cargo que manteve até 1968. Mais uma vez destaca-se fora do país, como uma mulher de grande prestígio.

Como consequência, muda-se para Paris. Agora compete-lhe a tarefa complexa de coordenar o *aggiornamento*²⁶ dos múltiplos ramos do Graal Internacional e, por isso, é obrigada a deslocar-se à Holanda e aos Estados Unidos.

Nesse sentido, Maria de Lourdes conduziu o trabalho de investigação conducente a esse *aggiornamento* e desenvolveu três conceitos, dos quais se destacaram três:

- 1- *A liberdade como estatuto fundamental do ser humano.*
- 2- *A consciência sobre o juízo último de todas as decisões, dando lugar ao inconformismo e ao processo, sempre renovado, da própria libertação.*
- 3- *A responsabilidade partilhada como condição de pertença.*²⁷

Esta vivência do Graal Internacional proporciona a Maria de Lourdes a possibilidade de aprofundar o conhecimento das diferenças culturais.

²⁶ Segundo o bispo BC Hitler, *aggiornamento* significa “ trazendo até à data”, ou seja, atualizar a igreja.

Consulta: <http://www.vatican2voice.org/3butlerwrites/aggiorna.htm>, em 2014-06-29.

²⁷ PINTASILGO, Maria de Lourdes, MAGALHÃES, Isabel Allegro, *Palavras Dadas*, Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

Exigência do cargo que agora assume, Maria de Lourdes vê-se obrigada a viajar sem parar para diferentes países da Europa e da América, para poder realizar as tarefas de investigação que conduziriam às mudanças de estrutura dentro da Igreja. Apesar de não aparentar qualquer risco para o regime, a PIDE passa a vigiá-la. É que embora o Graal tenha mantido uma postura apolítica, gozando da confiança da Igreja, a verdade é que nas campanhas de alfabetização, nas quais participavam jovens universitários, era usada a filosofia de Paulo Freire, “a conscientização, como uma mudança por dentro no reconhecimento do que se é e do que se pode ser”²⁸. Nesse sentido, grupos de jovens universitários deslocavam-se para os meios rurais sob o pretexto das campanhas de alfabetização.

No início da década de 60, a taxa de analfabetismo em Portugal era de cerca de 70% e a finalidade destas campanhas era mais do que ensinar a ler; pretendiam alargar a consciência cívica e valorizar a pessoa enquanto educadora de si própria, com a ajuda de terceiros. O ensino tradicional era considerado como uma simples transmissão de saber entre o professor e o aluno, não existindo qualquer paridade entre eles.

Em 1966, a PIDE cria um dossiê sobre o Graal em Portugal, Angola e Moçambique, por entender que as discussões desta organização poderiam rapidamente conduzir a um movimento político subversivo. As campanhas de alfabetização não chegam a ser proibidas porque apesar de incentivarem a consciência política e social da população analfabeta, e de serem vigiadas por agentes PIDE infiltrados, os participantes alternavam as atividades com cânticos religiosos e rezas.

O movimento *hippy* entretanto chega a Portugal e dissemina-se entre os jovens através da música pop, da moda, das artes e estabelece novos padrões de comportamento que conduzem a uma crise de autoridade. Os conceitos que este movimento defende e apregoa são a paz, a liberdade, o prazer e o amor à natureza e aos outros, o que choca com os valores morais da sociedade portuguesa.

Entretanto, mudam os atores no cenário político. Marcello Caetano, de uma fação mais liberal do regime, substitui Salazar em setembro de 1968, quando este sofre um acidente e fica impossibilitado de continuar a chefiar o governo. Marcello Caetano pretende implementar algumas reformas, modernizar, tirar o país do marasmo. É assim que Maria de Lourdes, então com 39 anos, é convidada para integrar a lista de deputados à Assembleia Nacional, cargo que declina. No entanto, aceita o lugar de procuradora à

²⁸ BELTRÃO e HATTON, op. cit. p. 148.

Câmara Corporativa como independente, assumindo o cargo para a Comissão de Política Geral da Câmara Corporativa. Torna-se a primeira mulher a exercer funções nesta secção, onde se mantém até 1973, sendo a única mulher na Câmara Corporativa.

Maria de Lourdes aceitou este cargo por acreditar nas capacidades de Marcello Caetano para promover mudanças e abrir portas, e apesar de assumir uma posição crítica em relação ao poder político, entendia que ela própria poderia dar início a algumas transformações no interior do regime. Importa referir que aos procuradores cabia a função de emitir pareceres sobre propostas ou projetos-lei, que eram posteriormente apresentados à Assembleia Nacional.

Com o apoio de Teresa Santa Clara Gomes, consegue desempenhar com total empenho e seriedade as suas funções políticas e manter os projetos do Graal. As campanhas de alfabetização estendem-se a Lisboa, proporcionando a alunos universitários e operários a oportunidade de contacto com diferentes realidades, do que resultam reflexões conjuntas representativas da interculturalidade vivida por ambos os grupos.

No âmbito do Plano de Fomento, é criado um departamento de planeamento no Ministério das Corporações e da Previdência Social, cuja direção é atribuída a Maria de Lourdes. Foi simultaneamente intitulada Presidente do Grupo de Trabalho para a Participação da Mulher na Vida Económica e Social, onde dirigiu o primeiro levantamento sobre as discriminações no direito público e privado. Nesta área deixou vários estudos sobre a desigualdade da mulher na hierarquia do trabalho e várias denúncias.

Entretanto, o descontentamento da sociedade começa a fazer-se notar devido às lentas mudanças que Marcello Caetano promove e que são entendidas como simples operações de cosmética, frustrando as expectativas relativas às liberdades civis. Na tentativa de fazer esmorecer as novas forças opositoras que tentam emergir, Marcello Caetano é forçado a ceder e institui a liberdade sindical, toma medidas de carácter social e cria novos regimes de negociação coletiva e individual. Muitos revelam-se frustrados com a política salazarista que se mantém, com pontuais exceções, contrariando o esperado pluralismo anunciado por Marcello Caetano. Estima-se que em 1971 os emigrantes clandestinos rondassem os cem mil, confirmando a diáspora e a desertificação das aldeias do interior do país.

Nesse mesmo ano, Maria de Lourdes é convidada para integrar a delegação portuguesa à Assembleia-geral da ONU. O primeiro-ministro Marcello Caetano vê em Maria de Lourdes a personalidade ideal para esta delegação, devido aos seus contactos nos países africanos, à sua facilidade de comunicação, domínio de outras línguas e pelo facto de entender como necessário criar uma nova imagem do país no exterior. O convite foi aceite por Maria de Lourdes, mediante a promessa de que poderia intervir como entendesse nos assuntos relativos à autodeterminação dos territórios sob a tutela portuguesa. Contudo, as suas intervenções na ONU sobre a condição feminina e sobre a autodeterminação dos povos (registadas nos arquivos da PIDE) não derrubavam a postura fria adotada pelos vários países liderados pelos Estados Unidos da América. Mas Maria de Lourdes prossegue confiante na sua teoria das brechas, com a qual pretendia promover mudanças suaves.

Maria de Lourdes vota vencida sete vezes, aquando da proposta para a revisão constitucional de 1971, por “ser lógico e recomendável a sua apreciação na especialidade, salientando o seu significado como expressão da fracção do órgão legislativo que o subscreve”²⁹. Assim, apercebe-se de que o seu caminho era barrado, vendo bloqueadas as suas tentativas de mudança. A liberalização do regime não passa de uma esperança que verá gorada, quando Marcello Caetano convida Américo Tomás para um novo mandato, aquando das eleições para a Presidência da República, em 1972, deixando antever a continuidade do imobilismo que caracterizava o regime.

Em Portugal, as vozes da oposição ao regime soam cada vez mais alto. A 31 de dezembro de 1973 realiza-se na Capela do Rato, em Lisboa, uma vigília contra a Guerra Colonial, da qual resultam várias detenções por parte da PIDE. O General Spínola, nomeado vice-chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, regressa da Guiné e publica o livro *Portugal e o Futuro*, aquele que será considerado o causador de várias reações que conduziram à criação do Movimento dos Capitães. Mais tarde, é criado o Movimento dos Oficiais das Forças Armadas, que integra altas patentes do Exército e da Armada. Os militares que arriscam a sua vida no Ultramar vêem a necessidade urgente de terminar com um regime decadente e moribundo.

²⁹ BELTRÃO e HATTON, op. cit., p. 170.

Mudança de estruturas – A Revolução dos Cravos

É na madrugada do dia 25 de abril de 1974 que tem lugar um dos mais marcantes acontecimentos da história do país. O golpe militar põe fim ao regime e apresenta a Junta de Salvação Nacional, liderada pelos generais Spínola e Costa Gomes. Marcello Caetano assina a rendição e é exilado juntamente com alguns ministros para o Brasil. O movimento revolucionário, que ficou conhecido como a “Revolução dos Cravos”, é anunciado na madrugada do dia 26 de abril, na Rádio Televisão Portuguesa.

O Movimento das Forças Armadas (MFA) tinha como programa a instalação de uma democracia pluripartidária, a promoção de um desenvolvimento socializante e a descolonização, para uma autêntica autodeterminação dos povos. Um programa “simples”, que seria fiscalizado por um grupo do movimento, após o que os militares se retirariam para os quartéis.

Naturalmente, o país sujeito a 40 anos de ditadura perde os seus pontos de referência, os seus horizontes. Depois de destituído o Governo e dissolvida a Assembleia não há quem trate dos assuntos públicos ou assuma a gestão que a mudança exige. Assim, o General Spínola é indigitado presidente a 27 de abril e, nos primeiros dias de maio, são constituídos o Partido Social Democrático (PSD) e o Movimento da Esquerda Socialista (MES). Já existiam o Partido Socialista (PS) e o Partido Comunista (PCP).

Maria de Lourdes, que se encontrava em retiro desde o dia 23 de abril em Taizé, uma província perto de Clunny, em França, tomou conhecimento da revolução na manhã do dia 25, durante a oração matinal.

Rapidamente se identifica com os ideais e objetivos apregoados pelo MFA. A empatia é recíproca, segundo o comandante Martins Guerreiro. Maria de Lourdes “(...) era uma de nós”, com semelhanças ideológicas e afetivas. A 16 de maio de 1974, toma posse o I Governo Provisório, liderado por Adelino Amaro da Costa. O MFA faz-se representar por dois ministros: Melo Antunes e Vítor Alves.

A queda do regime é aplaudida pelo Graal, que se vê agora com total liberdade para desenvolver as suas atividades sem receio da intervenção da PIDE.

Maria de Lourdes é convidada para Secretária de Estado da Segurança Social e aceita o cargo, convicta de que esta era a oportunidade para uma pessoa como ela, preocupada com as questões sociais, fazer alguma coisa. Torna-se assim a primeira mulher a integrar um governo português. A sua larga experiência não deixa que a perturbe o facto de ser uma mulher entre homens, numa função que obriga

frequentemente a reuniões e plenários que se estendem até de madrugada, num ambiente de linguagem e atitudes pouco próprias para o estereótipo da sensibilidade feminina. Talvez o entusiasmo que o momento requeria não fosse propício a questões de discriminação. Maria de Lourdes afirma em *Mulheres Políticas* que “na generalidade, as coisas funcionavam”.

Surpreendentemente, é na igreja que vai encontrar desconfianças em relação à sua participação na vida política. Aparentemente, a igreja não se teria apercebido de que as campanhas de alfabetização desenvolvidas pelo Graal tinham uma tão grande carga política.

O número de estruturas partidárias vai crescendo, cada vez mais viradas à esquerda. O povo vê a liberdade como a oportunidade de satisfazer ambições pessoais, as comissões de moradores apoderam-se de casas devolutas, as comissões de trabalhadores invadem as empresas com reivindicações pelas injustiças vividas durante anos, as comissões de estudantes contestam o sistema, os professores, as classificações. O clima inflamado pelo oportunismo abala o Governo, e em 9 de julho, o primeiro-ministro Palma Carlos pede a demissão.

O II Governo Provisório toma posse a 18 de julho, presidido por Vasco Gonçalves, por proposta do general Costa Gomes. Maria de Lourdes é convidada para ministra dos Assunto Sociais. Trata-se de uma pessoa aceite por todas as fações, vista pelos revolucionários como uma pessoa capaz de um contributo positivo à causa, e pelos conservadores como uma pessoa ponderada, católica com provas dadas, que não oferece o mesmo risco que os comunistas. Tendo isto em conta e o facto de se viverem períodos de convulsão, a sua condição de mulher acaba por passar quase que despercebida.

Maria de Lourdes tem como objetivo, no âmbito do seu ministério, a criação de estruturas básicas. Sobre este plano, falou em entrevista a Maria João Avillez:

Tratava-se de dar forma a ideias de solidariedade social e de defesa dos direitos humanos por uma via que tivesse em conta a nossa maneira de ser e a situação económica da maioria da população. Tratava-se de inventar a redistribuição dos bens, dos serviços, de modo a que os portugueses pudessem encontrar uma nova dignidade perante si próprios e perante o mundo. Tratava-se de garantir à cultura do povo, a todos os níveis, o seu direito a moldar o presente e o futuro.³⁰

³⁰ BELTRÃO e HATTON, op cit., p. 192.

Sempre com a ideia de que as mudanças deveriam ter por base o diálogo e o trabalho em equipa, Maria de Lourdes mantém-se indiferente às críticas daqueles que a veem como excessiva, que gosta de meter o nariz onde não é chamada e que tenta impor à força os seus ideais. As forças políticas não reconhecem o seu esforço e empenho para promover os modelos europeus já comprovados.

Em 30 de setembro do mesmo ano, o general Spínola pede a demissão por incompatibilidades com o MFA, decorrentes da política sobre a descolonização. Assim, a 1 de outubro de 1974, toma posse o III Governo Provisório, tendo como primeiro-ministro Vasco Gonçalves e Maria de Lourdes como ministra dos Assuntos Sociais. O fim orientador do MFA desvirtua-se e dá origem a grupos diferentes: há os que se inclinam para o comunismo, outros abandonam a ideia de um Estado de Previdência que assegure o bem-estar dos cidadãos e da economia, outros ainda procuram uma via para o desenvolvimento do país.

Ciente de que o momento exige firmeza inabalável perante as pressões dos trabalhadores que procuram sanear diretores e chefes de serviço, Maria de Lourdes mantém uma determinação férrea, provocando o descontentamento de muitos.

Indiferente aos comentários e aos rótulos que lhe eram atribuídos, Maria de Lourdes consegue a aprovação do Programa do seu Ministério, que inclui várias reformas sobre o Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente, alargando o direito à saúde a todos os cidadãos. A revelação da sua posição (e de outros ministros) sobre as nacionalizações, patente no projeto do Plano Económico e Social que foi aprovado em 8 de fevereiro de 1975, contribuiu para um acumular de tensões que se crê terem contribuído para o 11 de março. Para a tentativa desse golpe militar, liderado pelo general Spínola, contribuiu também a descoberta de uma lista com centenas de nomes de “capitalistas e fascistas” a abater em Portugal. O insucesso do golpe militar de 11 de março dá início ao Processo Revolucionário Em Curso (PREC), período marcado por forte violência.

Em 26 de março de 1975, toma posse o IV Governo Provisório. Maria de Lourdes é destituída das suas funções devido a pressões do Partido Comunista, para quem, nessa altura, ela representava uma ameaça. Este governo dá início às nacionalizações sistemáticas de grupos estratégicos, de serviços básicos, de órgãos de comunicação social e de seguradoras. A reforma agrária é realizada de forma anárquica, com expropriações e ocupações de terras e bens. Os portugueses vivem o medo de serem considerados

fascistas e começam a duvidar da democracia. As comissões de trabalhadores destroem as estruturas básicas do país. Pretendem destruir o capitalismo e começar a construção de um novo país a partir do zero. Finalmente, concretizam-se as tão desejadas eleições de 25 de abril de 1975, que dão a vitória ao PS com 37,87% dos votos.

Em maio desse mesmo ano, rebenta a guerra civil em Angola e Portugal assiste ao regresso de milhares de “retornados”, que chegam despojados de todos os bens, tendo como única ligação à sua terra a língua. Falamos de uma multidão de portugueses que chega a um país que já não era o seu. As estruturas políticas, sociais e culturais do país que agora encontram são bem diferentes daquelas que conheciam e com as quais viveram durante anos. Sem qualquer apoio por parte das autoridades, os “retornados” conseguem integrar-se na sociedade portuguesa, usando como ferramenta a sua criatividade e espírito de inovação. Não foi um processo fácil. O seu regresso dá lugar a um choque cultural. Os seus hábitos e costumes não se enquadram nos códigos comportamentais da sociedade portuguesa. São alvo de preconceito, estigmatizados, categorizados e rotulados: “retornados”. Já não são portugueses, embora não sejam africanos. Uma vez mais, a visão etnocêntrica dos portugueses é atuante sobre o que é diferente, novo e suscetível de causar mudanças.

O clima de instabilidade política prossegue com manifestações por todo o país. Cria-se o tribunal revolucionário para os crimes contra o PREC. Em resposta, o Comando Operacional do Continente (COPCON), dirigido por Otelo Saraiva de Carvalho, monta barricadas às portas de Lisboa. No início de julho, o PS e o PPD abandonam o governo. Alguns dissidentes do PREC propõem a Costa Gomes uma solução “neutra”, nem totalitária, nem revolucionária. O V Governo Provisório toma posse em 8 de agosto, sem qualquer membro do PS ou do PPD. Em 5 de setembro, a Assembleia do MFA reúne-se em Tancos e decide afastar alguns membros do Conselho da Revolução e substituí-los por outras figuras dissidentes do PREC. No dia seguinte, o V Governo pede a demissão.

O VI Governo Provisório forma-se a 19 de setembro, com o almirante Pinheiro de Azevedo a assumir a sua presidência. Os episódios de extrema violência sucedem-se, os tumultos alastram-se a todo o país. Os confrontos multiplicam-se com revoltas militares no Porto e a tomada da Base de Tancos por parte dos paraquedistas. Pinheiro de Azevedo, perante o cenário de insurreição, declara greve do governo. O perigo de uma guerra civil é ultrapassado com a demissão do governo. O general Ramalho Eanes é nomeado chefe do Estado-Maior do Exército. O COPCON é dissolvido.

O percurso internacional de Maria de Lourdes

Não obstante o facto de a carreira diplomática estar vedada às mulheres, Maria de Lourdes é convidada, em julho de 1975, para embaixadora de Portugal na UNESCO. Aceita o cargo no final desse ano, tornando-se mais uma vez a primeira mulher portuguesa a desempenhar o cargo de embaixadora. Em dezembro parte para Paris, onde iniciará uma carreira internacional que a tornará uma figura respeitada em todo o Mundo.

Nessa altura, o número de mulheres com assento na UNESCO era muito reduzido e, em França, o número de mulheres engenheiras era ainda menor do que em Portugal. O facto de ser uma mulher engenheira, oriunda de um país que acabava de sair de uma ditadura de quarenta anos, tornava Maria de Lourdes alvo de muita curiosidade. A um embaixador compete o papel de interligar a sua delegação com o mundo, através da criação de redes tecidas com base na multiculturalidade do ambiente, das línguas, trajes, religiões, culturas e perspetivas. É neste meio que Maria de Lourdes encontra a oportunidade não só de melhorar a imagem do seu país, mas sobretudo a oportunidade de desenvolver o seu trabalho na área sociocultural e dos valores cristãos da solidariedade e da justiça. Como sempre, não se deixou apanhar desprevenida, estudou minuciosamente todos os dossiês relativos a todos os assuntos de interesse para Portugal, o que lhe permitiu a tomada de decisões de forma fundamentada e consistente.

Entretanto, em Portugal, as eleições de 26 de abril de 1976 davam a vitória ao PS, que formou o I Governo Constitucional, tendo como primeiro-ministro Mário Soares. Maria de Lourdes é convidada a integrar o executivo mas recusa por entender que a representação do país na UNESCO, através da sua pessoa, assumia maior relevância para a projeção de Portugal a nível internacional.

A cena política volta então ao anterior modelo em que a sociedade civil e os seus problemas concretos são ignorados e as decisões são tomadas com base em debates de retórica e jogos de poder. Apaziguados os ânimos, o país desenvolve novas estruturas culturais. A telenovela “Gabriela, cravo e canela” e os coronéis do Brasil chegam a casa de todos os portugueses para chocar com os seus hábitos e costumes tão diferentes, levando à reorganização das referências culturais e, pode-se dizer, até mesmo morais.

Embora Maria de Lourdes se desloque com frequência a Lisboa, onde mantém contacto com o Graal e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, a distância geográfica e o facto de viver diariamente com outras estruturas de pensamento, outras culturas e valores, facultam-lhe outras perspetivas sobre as questões do país. Em Paris, tem também a

oportunidade de realizar um ciclo de conferências sobre *Os Novos Feminismos*, no âmbito do Instituto Católico de Paris, a que estava associada. Numa entrevista dada em dezembro de 1979, a Ana Martinez, da Rádio Nacional Sueca, Maria de Lourdes fala sobre a necessidade de mudanças:

*É preciso mudar tudo: o comportamento social e as leis. (...) acredito que as mulheres estão em posição de começar a compreender tanto as suas fraquezas como os seus pontos fortes. (...) Repare, por exemplo, no modo como as mulheres se exprimem. Primeiro há o silêncio. As mulheres não falam em público quando os homens estão presentes; acham muito difícil fazê-lo. Mas o silêncio é também uma persistência; capitalizar nele é provocar a explosão final. O mesmo se passa com os comentários e conversas entre mulheres acerca de pequenas coisas. É uma forma de comunicar que pode vir a ter a força de uma «conspiração».*³¹

Paris é o local ideal para Maria de Lourdes estabelecer diálogos, conversas, confrontos com diversas perspetivas, para testar as suas ideias. São esses encontros que a enriquecem e lhe conferem visibilidade social. Podemos referir que sofre um processo de aculturação, não em relação à sua estrutura de pensamento, aos seus valores tão fortemente consolidados ou à sua identidade, mas em relação à sua imagem e ao modo de vida. Maria de Lourdes é forçada a enquadrar-se no cenário no qual representa um papel social ativo. Como embaixadora, terá que frequentar festas, cocktails, receções, em suma, eventos que a obrigam a um cuidado acrescido com a sua imagem. Ela nunca foi vaidosa, pelo contrário sempre se apresentou de forma simples e pouco cuidada, mas a vida parisiense exige requinte e Maria de Lourdes torna-se *coquette*, apreciadora de colares e de lenços, assídua do cabeleireiro; atualiza o seu estilo, pois compreende a importância da representação concretizada através da imagem de elegância no meio em que agora circula.

Para Maria de Lourdes a ignorância é o maior de todos os males, ela não entende a ação desprovida de conhecimento fundamentado pela experiência, pela leitura e confronto com outros pensamentos. Ela passa horas na biblioteca entre obras de economia, de sociologia e de filosofia e prepara todas as reuniões de trabalho com o cuidado da primeira vez. Além do seu trabalho diplomático, Maria de Lourdes trabalha

³¹ Recortes de entrevistas concedidas durante o V Governo Constitucional. PINTASILGO, Maria de Lourdes, *Sulcos do nosso querer comum*, Porto: Edições Afrontamento, 1980, p. 119.

incessantemente sobre a mudança no estatuto da mulher e nesse sentido encontra-se com jovens universitárias com quem gosta de conversar e trocar pensamentos. Maria de Lourdes sempre revelou uma mente aberta, atenta às necessidades sociais, mas sempre defendeu que as mudanças deveriam ser realizadas dentro dos limites das estruturas vigentes, isto é, ela nunca perspetivou as mudanças num plano de confronto, de choque ou de força. Segundo Alberto de Melo, assessor para a educação:

*A sua voz foi uma das mais atentamente escutadas nos vários fóruns da UNESCO, quer se tratasse das Conferências Gerais ou de seminários mais restritos, quer se exprimisse nos múltiplos contactos bilaterais, quer se fizesse ouvir no Conselho Executivo, órgão de decisão de que fez parte durante dois anos.*³²

Face às ações desenvolvidas, dois anos depois da sua entrada em funções, na Conferência-Geral que teve lugar em Nairobi, Maria de Lourdes é proposta para integrar o Conselho Executivo da UNESCO, por indicação dos países europeus. O seu prestígio é inegável face ao número de votos obtidos: 125 em 129. Deste modo, Maria de Lourdes conseguirá maior visibilidade e poderá intervir de forma mais produtiva. Naquele ambiente internacional, no qual se sentia perfeitamente à vontade, Maria de Lourdes defendeu as suas ideias, que eram bem recebidas, ao contrário do que acontecia em Portugal. Na UNESCO, ela defendeu o estatuto da mulher e a qualidade de vida, temas que trabalhou pela vida fora.

Entretanto, Portugal volta a afundar-se numa crise institucional. Depois de chumbada a moção de confiança apresentada por Mário Soares ao Parlamento, este vê-se obrigado a pedir a demissão do Governo. Sem outras alternativas, Ramalho Eanes volta a indigitar Mário Soares para o II Governo Constitucional, mas desta vez o executivo inclui várias figuras do CDS. O PPD sofre transformações devido a manifestas dissidências entre Sá Carneiro e alguns membros do PPD, que acabam por sair do partido para formar a Associação Social Democrata Independente (ASDI). A crescente crise financeira e a falta de acolhimento da Reforma agrária levam à saída dos membros do CDS do executivo. Ramalho Eanes é pressionado pelo PS, que exige que se cumpra a vontade do povo, e pelo PPD, cuja designação entretanto se alterou para PSD, para que seja

³² AAVV, Alberto Melo in *Mulher das Cidades Futuras*, Lisboa: Livros Horizonte, 2000, p. 19.

constituído um governo de salvação nacional com assento dos dois principais partidos. Esta medida implicaria a saída de cena do PCP, algo com o qual o PS não concordou.

Nas suas visitas a Lisboa, Maria de Lourdes punha-se a par das dificuldades na construção de uma nova democracia. Ela defende a existência de governos minoritários, porque acredita que a democracia requer argumentação e compromissos. Esta é, aliás, uma perspetiva bastante elogiada no exterior. De acordo com Luís Sousa Lobo, conselheiro científico na UNESCO, Maria de Lourdes teria sido influenciada pela cultura americana, talvez através do Graal. Ela tinha uma outra forma de formular as questões, tal como os americanos que valorizam posições antagónicas porque acreditam que estas constituem a base da democracia. Ao contrário do que acontecia na Europa, os americanos entendiam o informalismo como a tónica para a inovação, a competição e o trabalho de equipa: “Aqui na Europa é tudo muito formal, muito fato e gravata”³³.

Após várias consultas, inclusive a Maria de Lourdes Pintasilgo, Ramalho Eanes nomeia o engenheiro Nobre da Costa para formar um governo presidencialista. Em 29 de agosto de 1977, Nobre da Costa é empossado e apresenta o seu governo como uma solução de recurso, mas dias mais tarde o país volta a enfrentar uma nova crise institucional. A 7 de setembro, é apresentada uma moção de rejeição pelo PS, PSD e PCP. Mas nem tudo é negativo: neste cenário surge a primeira união de sindicatos não afetos ao PCP, marcando o fim na unicidade sindical há muito esperado.

O IV Governo Constitucional toma posse em 22 de novembro. O novo executivo é presidido por Mota Pinto, um conhecido advogado, membro do PSD. A concentração do poder num pequeno grupo serviu para aumentar a distância entre o poder e a população. As inúmeras visitas e contactos de Maria de Lourdes com as populações fizeram com que fosse muitas vezes apelidada de populista. O populismo é entendido como um conjunto de atos que têm como objetivo enganar as pessoas por forma a conseguir angariar votos. Mas, para Maria de Lourdes, estas visitas, reuniões e contactos tinham como objetivo não só o conhecimento concreto da realidade do povo português, mas também a finalidade de acabar com o *status quo* e criar pontes de ligação entre o poder político e o cidadão comum. Esta postura inovadora recebeu muitas críticas, reflexo de uma sociedade preconceituosa, que se mostra resistente e intolerante face a diferentes estruturas de pensamento.

³³ AAVV, LOBO, Luís Sousa in *Mulher das Cidades Futuras*, p. 227.

Uma nova crise ataca o país, quando em 19 de fevereiro de 1979 é reprovado o Orçamento de Estado apresentado por Mota Pinto. O PSD votou contra, entre outras medidas, um imposto sobre o 13º mês que seria instituído para fazer face às despesas. A crise política agudiza a situação económica e financeira conducente à degradação do país. Mota Pinto demite-se. A Assembleia é dissolvida no dia 6 de julho de 1979, para realização de novas eleições.

O governo dos Cem Dias

Não obstante o facto de Maria de Lourdes ter sido por diversas vezes “hostilizada” pelos seus compatriotas, o seu reconhecimento internacional, o seu sucesso, o seu carisma, fazem dela a personalidade indicada para a chefia do V Governo Constitucional, que Ramalho Eanes pretende instituir.

Melo Antunes, conselheiro de Eanes, revela numa entrevista ao jornal *Expresso*, em 7 de setembro de 1979:

Conhecendo os seus méritos pareceu-me a personalidade que melhor preenchia os requisitos para um Governo com essas características, sendo simultaneamente um Executivo que não se limitasse a uma gestão meramente técnica mas reflectisse simbolicamente o espírito e os ideais do 25 de Abril, no sentido de promover medidas exemplares em sectores como a economia e os assuntos sociais.

Em entrevista a Marcelo Rebelo de Sousa, publicada no jornal *Expresso*, em 20 de outubro de 1979, Maria de Lourdes expõe as suas razões para a aceitação do cargo de Primeiro-Ministro:

Aceitei, quase espontaneamente, como se a minha aceitação correspondesse a uma lógica a que eu não podia fugir (...) porque faz parte da minha maneira de estar na vida não fugir às responsabilidades com que sou confrontada. E, neste caso, sentia-me capaz de assumir.

É que, analisando a correlação de forças existentes no país, não posso deixar de reconhecer que tenho uma proposta que considero válida e oportuna para a

*sociedade portuguesa. Foi a consciência de que valia a pena **começar a abrir caminho** para essa proposta que sobretudo me moveu. Além disso senti que não tinha nada a ganhar nem a perder. E quando se joga desportivamente, vale a pena correr riscos...*

Na verdade, ao contrário do que muitos esperavam, Maria de Lourdes não encarou este governo como um governo provisório. Embora não tenha sido divulgado, ela aceitou o cargo mediante o acordo de duas condições por parte de Ramalho Eanes: 1ª, apresentar e discutir o programa na Assembleia da República; 2ª, que fossem atribuídas ao seu governo competências executivas e não apenas de gestão.

O PSD manifesta-se em desacordo com a indigitação de Maria de Lourdes para o cargo de Primeiro-Ministro, por entender o processo como uma orientação mais à esquerda, com a qual estava em desacordo, por ser contrária aos seus interesses. Por proposta de Freitas do Amaral, juntam-se o PSD, o CDS e o PPM para criar a Aliança Democrática (AD).

Mas Portugal não estava preparado para ter uma mulher como Primeiro-Ministro. Enquanto que no exterior a notícia despertou curiosidade e interesse, uma vez que mesmo nos países mais avançados, como a França, as mulheres não iam além das pastas dos assuntos sociais e da infância, por cá despertou reações violentas em várias frentes. Em pleno século XX, o mundo dos homens continuava vedado às mulheres. Uma vez mais, era o preconceito a regular os códigos sociais de Portugal.

Assim, Maria de Lourdes torna-se a segunda mulher a exercer o cargo de Primeiro-Ministro na Europa, pois Margaret Thatcher fora eleita em 3 de maio de 1978. Numa entrevista à revista americana *Ms*, em dezembro de 1979, Maria de Lourdes comenta sobre outras mulheres Primeiros-ministros: Golda Meir, Indira Gandhi e Margaret Thatcher:

Penso que todas têm um traço comum: a determinação. (Nem todos os homens que são Primeiros-ministros ou Presidentes têm esta característica!) São mulheres com perfis muito diferenciados, mas todas sabem o que querem.

É importante haver já algumas mulheres em altos cargos, mas olhe que ainda não temos a liberdade de estilo que nos devia caracterizar. Para isso seria necessário uma «massa crítica» suficiente e ela não existe. Só quando mais mulheres

exercerem o poder, desaparecerá a tentação de imitar as atitudes masculinas. (...) Os homens no poder escondem-se por detrás de biombos para salvaguardar os rituais do poder. São esses biombos que é preciso retirar.

Quando, em agosto de 1979, Maria de Lourdes apresenta o seu Programa do Governo, a Assembleia recebe-a com uma agressividade inaudita. Ao longo da primeira semana, sofreu insultos graves pelo facto de ser mulher: “vai para casa” e “vai para casa coser meias!” foram insultos várias vezes proferidos. Numa entrevista ao jornal *Expresso*, em 20 de outubro de 1979, Maria de Lourdes responde a Marcelo Rebelo de Sousa, sobre a sua reação aquando do debate do Programa do Governo:

(...) acho que se ultrapassaram, no debate, os limites da correcção democrática. Fizeram-se afirmações e ataques sem qualquer fundamento e isso levou-me a reagir com firmeza. Há quem diga que eu tomei as críticas de forma demasiado pessoal. Dado que se tratava de um mero jogo parlamentar. Ora para mim, a mentira é mentira, no Parlamento ou em qualquer outro «fórum». Considero que a Assembleia da República deve ao povo verdade, mesmo que isso prejudique o jogo eleitoralista de alguns representantes dos partidos.³⁴

Contudo, Maria de Lourdes não recua nos seus intentos. O seu dever era preparar as eleições do país e, assim, em oito dias apenas, forma equipa para o seu governo que ficou conhecido como o “Governo de Cem Dias”, embora na verdade tivesse vigorado por cento e cinquenta. Maria de Lourdes convida pessoas que considera serem *open minded*. Pessoas independentes, apartidárias, amigos ou conhecidos ligados ao IST, à JUC e ao Graal são convidados para integrar o seu governo. No entanto, sabendo que ela tentaria mudar as estruturas do país em seis meses, e que essa seria uma viagem bastante atribulada, muitos acabam por declinar o convite.

Tal como previsto, a primeira novidade revelou-se na própria estrutura do governo que se dividiu em três ministérios. O Ministério da Coordenação Social e dos Assuntos Sociais que detinha as pastas do Trabalho, da Saúde, dos Transportes, da Segurança Social e das Obras Públicas. O Ministério da Coordenação Económica e do Plano, a quem cabia as pastas da Agricultura, do Comércio e da Indústria. E o Ministério da

³⁴Recortes de entrevistas concedidas durante o V Governo Constitucional. PINTASILGO, Maria de Lourdes, *Sulcos do nosso querer comum*. Porto: Edições Afrontamento, 1980, p. 68.

Coordenação Cultural, a quem competia a Educação, a Cultura, a Ciência e a Comunicação Social.

Rapidamente se levantam vozes em desacordo com o Programa de Governo, que é visto como descabido e desmedido, que vai muito além do que seria legítimo a um governo de transição. Maria de Lourdes entende como prioritária a satisfação das necessidades básicas do povo, nomeadamente nas áreas da alimentação, saúde, habitação, educação e segurança social, de forma a minorar o fosso entre ricos e pobres. Da mesma forma, entende como uma exigência daqueles tempos a descentralização da administração pública. Enquanto os deputados da direita batem nos tampos das mesas, criando um barulho ensurdecedor, outros são proibidos pelo secretário-geral do seu partido de bater palmas. O clima adensa-se. É apresentada uma moção de rejeição ao Programa do Governo, que acaba por ser rejeitada por não reunir os votos necessários, conforme requerido pela Constituição.

Então, é dissolvida a Assembleia e Maria de Lourdes dá início ao seu programa. Numa corrida contra o tempo, tenta executar tudo aquilo com que se tinha comprometido. Institui um esquema mínimo de segurança social que passa abranger todos os cidadãos, regulamenta a lei de bases do Serviço Nacional de Saúde e leva a cabo mudanças nas estruturas dos setores do ensino, do trabalho e da agricultura. Algumas dessas reformas ainda hoje vigoram. Outras foram suspensas pela Aliança Democrática, aquando da sua tomada de posse em janeiro de 1980.

Na área das Finanças, foram estabelecidos aumentos do salário mínimo nacional, das pensões de velhice e de invalidez. No âmbito do Trabalho, foi emitido o decreto-lei que regula as relações coletivas de trabalho e que assegura as relações de igualdade entre homens e mulheres no trabalho e no emprego. Foi criado o Instituto de Emprego e Formação Profissional e criadas medidas de apoio aos desempregados³⁵. Toda a ação de Maria de Lourdes visa a promoção da qualidade de vida digna para todos os cidadãos e, nesse sentido, assume a necessidade de conhecer *in loco* os problemas da população, organizando visitas às regiões mais distantes de Lisboa. Durante o seu governo, Maria de Lourdes e os seus ministros reuniram com as autoridades de oito regiões do país e ficaram a conhecer os seus problemas reais, definindo prioridades para, posteriormente, realizarem planos de trabalho adaptados a essas necessidades reais e concretas. Este estilo

³⁵ <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-provisorios/gp05/programa-do-governo/programa-do-v-governo-provisorio.aspx>. Último acesso em 2014-07-21.

governativo agradava ao povo, mas deu origem a muitas dissidências na classe política. Maria de Lourdes foi acusada de ser populista e irrealista. Segundo Isabel Allegro, sucederam-se vários boicotes que impediram a concretização dos planos que resultaram das decisões tomadas em conjunto com o povo: “Podia-se ter feito mais se não fosse o boicote. Se houver vontade é possível fazer-se (...) Era uma maneira de estar na política diferente. Ao contrário do que se dizia, não era utópico. Fazia-se!”³⁶

Mas a hostilidade política não foi o pior, a inesperada oposição da Igreja foi o golpe mais violento para Maria de Lourdes. Vista como uma infiltrada comunista, foi forçada a frequentar as missas disfarçada para evitar problemas. Reação manifestamente essencialista por parte de quem viveu tantos anos numa situação de poder pois durante muitos anos a Igreja partilhou o poder de governação do país com a classe política. Mas para Maria de Lourdes era impressionante a ideia de ser vista como uma estranha no seio da instituição cujos ideais defendia e estavam na base de todas as suas ações.

Apesar de todo o empenho para com o desenvolvimento social e cultural do país, os assuntos externos não são esquecidos pelo governo. O executivo de Pintasilgo teve a oportunidade de tratar de assuntos como a adesão do país à comunidade europeia, as relações diplomáticas com Israel (antecipando-se aos outros governos europeus, convida Yasser Arafat, líder da Autoridade Palestiniana, para visitar Lisboa) e a descolonização, grande preocupação de Pintasilgo, que foi trabalhada de forma a permitir que o executivo de Sá Carneiro conseguisse resolver a questão de contencioso entre Portugal e Moçambique.

São várias as fontes que asseguram que o V Governo foi aquele que mais legislou em comparação com outros que governaram por muito mais tempo e com o apoio do Parlamento. João Cravinho afirma: “Foi um dos governos que mais legislou em Portugal. De longe! Foi mal visto pelos partidos, mas não pela população (...) Ela não pertencia ao sistema!”³⁷.

A 2 de dezembro, a coligação PSD/CDS vence as eleições intercalares para a Assembleia da República, com 42,5% dos votos, e Sá Carneiro anuncia que suspenderá todas as resoluções tomadas pelo anterior executivo a partir do dia 3 dezembro. E assim o fez, inclusive com o decreto-lei relativo ao esquema mínimo de segurança social, que

³⁶ Entrevista a Isabel Allegro in BELTRÃO e HATTON, op.cit., p. 256.

³⁷ Entrevista a João Cravinho in BELTRÃO e HATTON, op.cit., p. 261.

inacreditavelmente apenas foi publicado em Diário da República no dia 29 de dezembro, muito depois das eleições!

Maria de Lourdes era vista como uma ameaça numa sociedade conservadora, em fase de reestruturação, pois não era capaz de revelar os limites das mudanças que pretendia realizar, criando assim inseguranças e desconfianças, essencialmente no meio político. A sua forma de governar gerou confrontos com o modo tradicional a que o país estava habituado, chocando desta forma com as estruturas já instituídas.

Quando Maria de Lourdes se prepara para retomar o cargo de embaixadora junto da UNESCO, vê-se impossibilitada de o fazer. Por indicação do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Diogo Freitas do Amaral, Maria de Lourdes é destituída das suas funções como embaixadora por alegadamente pertencer a uma facção política que teria sido derrotada nas eleições. O saneamento político gerou muita polémica nos tempos que se seguiram. O governo de Sá Carneiro iniciou uma campanha de perseguição vista por muitos como uma verdadeira caça às bruxas. Alguns meios de comunicação social trouxeram a público a notícia de que Maria de Lourdes Pintasilgo seria proposta para presidente da comissão dos Direitos do Homem, na UNESCO, o que se tornaria impossível caso ela fosse destituída do cargo de embaixadora.

Entrando em confronto direto com Ramalho Eanes, o novo executivo ameaça reter Maria De Lourdes no país caso ela não abdique do cargo. Entretanto, a sua ausência na sessão da UNESCO, para a qual estava prevista a sua nomeação para a Presidência, foi notada e provocou profundo desagrado, uma vez que ela gozava de grande prestígio. Segundo o jornal *O Diário*, publicado em 24 de abril de 1980, o diretor-geral da UNESCO, Amadou M'Bow, sublinhou que Maria de Lourdes Pintasilgo era membro eleito do Conselho Executivo a nível pessoal, não a nível governamental.

Lamentavelmente, esta perseguição política de que era alvo Maria de Lourdes foi interpretada pela UNESCO como uma limitação das liberdades fundamentais em Portugal e acabaria por destruir a imagem de um país que Maria de Lourdes tinha construído.

O problema tinha origem nas relações entre Sá Carneiro e Ramalho Eanes, pois o novo líder do executivo defendia uma democracia pluripartidária e Eanes, e a presença de militares na vida política, era um obstáculo ao seu intento. O facto de Pintasilgo ter ultrapassado os limites do que era esperado de si enquanto representante de um governo provisório foi igualmente entendido por Sá Carneiro como um desaforo. Em jeito de

vingança, ordena aos seus ministros que procedam à anulação de todos os despachos emitidos pelos seus antecessores. Mais, o Ministério dos Negócios Estrangeiros envia a todas as missões diplomáticas um comunicado no qual afirma que Maria de Lourdes Pintasilgo não é merecedora da confiança do governo, em especial pela sua simpatia com países do terceiro mundo, revelando desta forma a ignorância de um governo e denegrindo a imagem de prestígio que Portugal tinha alcançado a nível internacional, por intermédio de Maria de Lourdes. Não obstante as inúmeras manifestações a nível internacional a seu favor, a exoneração é assinada por Eanes e publicada em Diário da República.

O novo governo da AD deparou-se com um país desgastado, de cofres vazios. O retorno em massa dos ex-colonos que surgiam sem bens e sem fontes de rendimento veio agravar a situação. O agravamento do desemprego e da insegurança despoletou a instabilidade e a desconfiança entre a população.

Nicole Guardiola, numa entrevista publicada no semanário espanhol *El País*, em 2 de setembro de 1979, pergunta a Maria de Lourdes se esta se considera uma mulher «fenomenal», ao que esta responde:

Não considero o meu destino excepcional, mas o meu caso também não é comum. Tenho consciência de ter sido privilegiada na minha vida como mulher. Tive que trabalhar muito cedo para poder estudar. E quando era ainda estudante participei em encontros internacionais católicos que logo me puseram em contacto com muitos problemas nacionais e internacionais. Adquiri progressivamente uma multiplicidade de experiências que me viriam a permitir exercer as funções que actualmente desempenho. Mas não creio que isto me converta numa mulher excepcional em relação às demais. Há outras mulheres no meu país e noutros países em que reconheço valor e trajectórias que poderiam igualmente levá-las a exercer funções idênticas às minhas.³⁸

Embora Maria de Lourdes seja vista por alguns conselheiros de Eanes como uma *persona non grata*, quer pela controvérsia que gerou, quer pelo facto de estar mais alinhada à esquerda, Ramalho Eanes convida Maria de Lourdes para o apoiar nos

³⁸ Recortes de entrevistas concedidas durante o V Governo Constitucional. PINTASILGO, Maria de Lourdes, *Sulcos do nosso querer comum*. Porto: Edições Afrontamento, 1980, p. 50.

discursos e na elaboração de dossiers para a sua recandidatura à presidência. Ela aceita. Mais tarde, revela a sua tristeza por ter assistido a vários episódios políticos em que a ética fora esquecida. A cena política passara a ser orientada por estratégias vergonhosas que visavam lesar os seus atores através de calúnias e ataques pessoais, trazendo a público informações sobre as suas vidas privadas, factos que na época eram considerados bastantes escandalosos.

Sá Carneiro morre num acidente de avião em 4 de dezembro, transformando-se num mito, talvez por nunca se ter apurado os motivos que levaram à queda do avião em que seguia. As eleições realizadas no dia 7 desse mesmo mês dão a vitória a Ramalho Eanes. A morte de Sá Carneiro abala a Aliança Democrática. Freitas do Amaral escusa-se a integrar o novo governo, deixando a Pinto Balsemão, o novo líder do PSD, a difícil tarefa de primeiro-ministro.

Maria de Lourdes assiste à crise que afunda o país, e interroga-se sobre como intervir se o caminho da política lhe fora vedado. Mas o prestígio das suas obras e intervenções a nível internacional dão origem a diversos convites para congressos, conferências e palestras em que ela transmite a sua experiência e conhecimentos. Desta forma, Maria de Lourdes dedica-se mais intensamente às atividades do Graal. Atenta às necessidades de mudanças no papel da mulher na qualidade de ator social, Maria de Lourdes cria uma Rede de Mulheres, com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento pessoal e coletivo das mulheres afetas ao grupo.

Durante as campanhas de alfabetização já tinha sido introduzida a ideia de procura de uma identidade pessoal com projeção na cidadania. Esta era uma filosofia em desenvolvimento no Ocidente que agora se procurava aplicar, na Rede de Mulheres, à identidade coletiva e à esfera feminina. Este movimento foi repetidamente associado ao feminismo que era, na época, entendido como um movimento associado à esquerda ateia e a uma série de comportamentos provocadores e aberrantes levados a cabo por um conjunto de mulheres frustradas. Estranho que tenham sido as próprias mulheres a reagir com maior indignação a este movimento, alegando tratar-se de uma violação dos sagrados valores da família e da sociedade patriarcal. À luz das teorias da interculturalidade, podemos dizer que se trata de uma reação que claramente manifesta o essencialismo que orientava a sociedade de então, como uma atitude que exclui o que é diferente, novo, inovador, que se recusa a compreender e aceitar aquilo que diverge das

estruturas sociais e culturais instituídas e que, por essa razão, pode fazer perigar essas mesmas estruturas.

Em todas as ações realizadas por Maria de Lourdes, ao longo de toda a sua vida, está patente a ligação e interação dos principais valores que a orientam: Deus, as mulheres e a política. É inegável a coragem com que ela defende as suas convicções pela luta da dignificação da mulher e pela alteração dos códigos sociais existentes, apresentando a mulher como um dos pilares fundamentais da vida social, cultural e económica da sociedade.

Entretanto, publica alguns livros: *Sulcos do nossos querer comum*, com prefácio de Eduardo Lourenço, *Imaginar a Igreja* e *Les nouveaux Féminismes - questions pour les chrétiens?* Em 1981 é condecorada com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo, tornando-se a primeira mulher agraciada com esse grau naquela Ordem.

Finalmente, em 18 de julho de 1982, é extinto pela Assembleia da República o Conselho de Revolução. Sucedem-se vários confrontos entre a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) e a UGT. As greves e atentados à bomba desestabilizam o país. Muitos preferiam a ditadura, pelo menos havia paz! A crise agudiza-se quando, face ao resultado das eleições autárquicas, Pinto Balsemão e Freitas do Amaral se demitem da liderança dos seus partidos.

A preocupação de Maria de Lourdes com as questões sociais e cívicas, assim como com o aprofundamento da democracia, conduzem-na à criação da Plataforma Inter-Grupos, em que os cidadãos eram incentivados à participação cívica através da fundação de vários grupos de intervenção social: cooperativas de produção, grupos de teatro, etc. A Plataforma Inter-grupos esteve na base do Movimento para o Aprofundamento da Democracia (MAD), que surgiu em 1982, como resultado do encontro de várias pessoas com experiência política e com ações de intervenção social realizadas, e que entendiam que o presidente do país deveria ter um projeto político-cultural agregador. Ao contrário dos políticos de então, Maria de Lourdes orientava-se pelas suas convicções cristãs nas decisões políticas. O empenhamento religioso estava na base da sua participação ativa na vida política.

Segue-se um período de intensa atividade em instituições internacionais. Em 1982, é convidada para o Conselho Executivo do *World Policy Institute*, situado em Nova Iorque. Trata-se de uma organização que se dedica à investigação e educação sobre temas mundiais relacionados com a economia, a segurança e a cidadania ativa a nível mundial.

Em 1983, é escolhida para o Conselho Diretivo do Conselho das Universidades das Nações Unidas (UNU). O fim desta organização é a formação de quadros técnicos eficientes, com competências para gerir quatro áreas: Paz e Gestão, Desenvolvimento Sustentado, Meio e Ambiente, e Ciência e Tecnologia. Nesse mesmo ano de 1983 é convidada para integrar o Conselho de Interação de ex-Chefes de Estado, organismo no qual participam um conjunto de personalidades com experiência em matéria de Estado. O objetivo era, com base na cooperação internacional, apresentar soluções práticas para a resolução de questões económicas, políticas e sociais a nível mundial. O contributo de Maria de Lourdes é tão importante que faz com que seja eleita vice-presidente deste Conselho, cinco anos após a sua entrada. Em 1984 dá-se a sua entrada para o Clube de Roma, uma instituição em que participam “académicos, cientistas, políticos, empresários e membros da sociedade civil para planear, desenvolver e implementar medidas efetivas relativas aos diversos temas globais inter-relacionados. Estes temas incluem a sustentabilidade ambiental, crescimento económico, consumo de recursos, paz, segurança e demografia.”³⁹. Ainda nesse mesmo ano integra *The Sisterhood is Global Institute*, uma Organização Não Governamental (ONG), financiada pela Fundação Ford e por igrejas metodistas, com o objetivo de procurar medidas que assegurem os direitos das mulheres. A par destes cargos, Maria de Lourdes mantém a sua colaboração no Graal.

O país voltava a mergulhar numa profunda crise, após as eleições de 25 de abril de 1983, em que o “Bloco Central”, resultado de um empate político entre PS e PSD, coloca à frente do governo Mário Soares. A política de austeridade imposta pelo Fundo Monetário Internacional - FMI - provoca a desvalorização do escudo, a privatização de bancos e seguradoras e a abolição dos subsídios aos bens de primeira necessidade. Simultaneamente, os cidadãos veem-se arredados do processo de intervenção nas estruturas democráticas.

Maria de Lourdes é convidada a integrar a Fundação Europa - América Latina em 1984, precisamente no ano em que ocorre uma explosão numa fábrica situada na Índia, da qual resultam dois mil mortos e cento e cinquenta mil infetados. É também na Índia que se dá um massacre maciço de *sikhs*, que dá origem ao assassinato da primeira-ministra Indira Ghandi.

Jacques Delors, grande amigo de Maria de Lourdes Pintasilgo, torna-se presidente da Comunidade Económica Europeia (CEE). Tem início um período decisivo para o

³⁹ <http://www.clubofrome.org/?p=4764>. Último acesso em 2014-06-29

futuro de Portugal. Mário Soares, primeiro-ministro, destaca a importância do processo que se assinala com a assinatura do Tratado de Adesão à CEE.

A corrida a Belém

A cena política portuguesa agita-se com a oposição entre Mário Soares e Ramalho Eanes. Enquanto Eanes cria o Partido Renovador Democrático (PRD); Mário Soares apresenta-se ao país como o salvador que resgatou o país da ditadura comunista. Cavaco Silva assume a liderança do PSD e desfaz a coligação do Bloco Central. As eleições de 5 de outubro dão a vitória ao PS, com 29,95 % dos votos.

Como seria de esperar, Maria de Lourdes Pintasilgo é alvo de várias pressões para se candidatar à Presidência da República. Contudo, nem todos os que dela gostavam vão apoiá-la na sua decisão; pelo contrário, são vários os que tentam dissuadi-la. Por óbvias razões políticas foi-lhe retirado o apoio de Eanes.

Ao longo da campanha, Maria de Lourdes apresenta uma filosofia política bem clara, defendendo um novo modelo de democracia participativa, onde assentasse a análise e a crítica aos parâmetros tradicionais que impediam a mudança. O seu objetivo é a resolução de problemas concretos e não a discussão teórica e inócua. A sua principal preocupação é a economia nacional e a execução de medidas integradas que visam o desenvolvimento sustentado. Manifesta-se contra a “subserviência perante o FMI”, que estrangula a economia portuguesa e põe em causa a soberania nacional.

Maria de Lourdes depara-se com um país em que as políticas recessivas destroem o capital produtivo nacional, geram desemprego, desincentivam o investimento e paralisam o país. A possibilidade de intervir no futuro do país, como chefe de Estado, anima-a de forma irresistível:

A função de PR (...) exercia sobre ela uma enorme atracção: ao percorrer o país, ao ouvir as forças sociais que carregavam aspirações e perspectivas, ao aprofundar as exigências do acto cultural que é a política, ao ver de novo as necessidades gritantes do povo a que pertencia, sabia que só activamente podia responder-lhes.⁴⁰

⁴⁰ PINTASILGO e MAGALHÃES, op. cit., p. 90-91

Apesar da sua saúde frágil e dos pedidos de alguns amigos, Maria de Lourdes avança com a candidatura, pois as sondagens são bastantes favoráveis. Assim, define cinco pontos essenciais para a sua candidatura. O primeiro seria o apoio do Presidente e, ainda melhor, o não apoio do Presidente a qualquer outro candidato. Ora, embora inicialmente Ramalho Eanes tenha incentivado a sua candidatura, mais à frente retira o apoio em benefício de outro candidato – Salgado Zenha.

O apoio do grupo do “Secretariado do PS” aparecia como segunda condição essencial à sua candidatura. Contudo, o referido grupo, que divergiu de Mário Soares e que se aproximava da política de Eanes, esteve na base da fundação do PRD e, por isso, não a apoiou.

Contava também com o suporte de algumas personalidades associadas ao bloco de centro-direita, no entanto, não encontrou nelas receptividade, pois as pessoas estavam receosas e cansadas de mais para apoiar uma mulher com uma visão “utópica”.

Sempre contara com o apoio do PCP, pela comunhão de ideias relacionadas com a justiça social, mas agora teria que seguir sem este apoio porque o candidato Ângelo Veloso desistira a favor de Salgado Zenha e os membros do partido foram proibidos de votar nela.

A condição fulcral prendia-se com o apoio da Igreja e, embora não tenha encontrado resistência por parte dos bispos, a verdade é que os párocos, que detinham uma maior influência sobre a população, a viam como uma comunista disfarçada, um perigo para a Igreja.

Embora não se verificasse qualquer uma das condições enunciadas, Maria de Lourdes avança sem suporte partidário, sem indignação institucional e quase sem apoios financeiros. Mais tarde admite que a candidatura estava condenada desde o início.

Tinha começado a percorrer o país em janeiro de 1985, conversando não só com aqueles que a procuravam mas também com os indecisos e com os descontentes com a democracia. É evidente a genuinidade do seu prazer em estar com as pessoas, conversar com elas como se estivesse com os seus pares. Assim vai formando uma rede, que tem por base algumas estruturas já conhecidas: o MAD, a Rede de Mulheres e vários Núcleos de Acção Católica.

No primeiro dia do prazo estabelecido, 9 de dezembro de 1985, apresenta a sua candidatura. A corrida a Belém tem início no dia 11 de janeiro de 1986. Maria de Lourdes avança sem *staff* experiente, ela própria sem experiência pessoal em eleições,

sem artifícios de marketing. Com o seu habitual entusiasmo, entrega-se à campanha, despertando uma imensa mobilização popular. Segundo entrevista de Maria da Purificação Morais e Carlos Motta da Silva a propósito da sua campanha na marinha grande, “Não falou contra nenhum candidato. A sua atitude positiva era de quem quer construir, lançar-se no futuro, sem o peso de ressentimentos. Trouxe de novo para a agenda política causas preteridas como a dos excluídos, das mulheres e da descentralização política.”⁴¹ A novidade das suas atitudes, a sensibilidade e atenção cuidada que demonstra para com as pessoas dão lugar a reações inesperadas. A sua campanha é mais do que uma campanha de rua, é uma campanha no feminino. Os seus opositores surpreendem-se com tamanha adesão e reagem.

Um dos seus opositores, Mário Soares, conta com a amizade e o apoio de Frank Carlucci, antigo embaixador norte-americano em Lisboa. As sondagens apontam para uma má posição de Soares na corrida eleitoral, pelo que Carlucci solicita a intervenção de dois peritos norte-americanos na matéria, a fim de garantir a vitória de Soares. A conclusão desses peritos foi a de que a vitória de Soares dependia da continuidade de Pintasilgo na corrida eleitoral. Então, para que ela se mantivesse na corrida a Belém, e sendo do conhecimento geral a falta de recursos financeiros, o PS propôs ajudar Pintasilgo para que ela não desistisse. Ela não desistiu, mas não aceitou o “apoio” do PS. Em vez disso, ficou a pagar durante anos as dívidas da campanha.

Maria de Lourdes não domina as técnicas e artifícios do mundo da política. Os debates televisivos são um grande transtorno que tem que enfrentar e ela recusa-se a utilizar estratégias de imagem. De facto, ela não domina os truques, as técnicas e a questão do tempo, que se revela insuficiente para apresentar e desenvolver seriamente as questões que são de facto importantes. No meio televisivo o seu poder comunicativo não resulta, é um poder que apenas funciona a nível interpessoal.

Na noite de 26 de janeiro de 1986, a televisão revela as escolhas dos portugueses: 46,31% dos votos para Freitas do Amaral, 25,43% para Mário Soares, 20,88% para Salgado Zenha e 7,38% para Maria de Lourdes Pintasilgo.

Maria de Lourdes afirma mais tarde saber que, para além das movimentações públicas da campanha, outras forças tinham operado nos círculos político, cultural e pessoal no sentido de impedir a sua vitória. Contudo, nunca tinha imaginado uma derrota tão devastadora. Foram várias as razões para este resultado: a falta de experiência da

⁴¹ Maria da Purificação Morais e Carlos Motta da Silva in BELTRÃO e HATTON, op. cit., p. 310.

candidata, os interesses pessoais e as mentalidades e filosofias próprias da cultura portuguesa, incapazes de aceitar uma mulher à frente do país.

Segundo Luís Moita, com quem se reuniu após a divulgação dos resultados para refletir sobre os mesmos:

*A nossa reflexão foi sobretudo dirigida a tentar perceber por que é que houve tanta distância entre os valores a que as pessoas aderiram e os interesses sociais que ela supostamente representava. A questão de valores e a questão de interesses é uma questão interessantíssima na política. Como é que numa situação daquelas – ela que era essencialmente uma pessoa de valores –, percebe que afinal não estava a representar os interesses sociais. Isto é uma percepção dolorosa, penosa.*⁴²

Anos mais tarde, Maria de Lourdes fala sobre a sua derrota:

*Primeiro, um conjunto de factos políticos: a derrota revelava o fim da revolução que tornara possível a sua candidatura e a democracia sem chama nem objectivos claros que já desde 1980 se estava desenhando: a rejeição dela para a Presidência da República fora o indicador mais preciso de uma sociedade que, nas suas classes dirigentes, recusava na prática a modernidade; a militância de algumas mulheres nas candidaturas de outros candidatos era o prenúncio de regresso do sistema patriarcal que começava de novo a dominar as consciências. Depois um segundo elemento tornara-se claro. Como nunca vira a política como uma carreira e era ferozmente contra a política profissional, a derrota significava a impossibilidade de continuidade. (...) Para ela não estava em causa qualquer ambição abstracta de vir a ser Presidente da República; o que contara tinha sido tentar sê-lo naquele momento em que se julgara ser precisa.*⁴³

Na segunda volta, numa luta entre direita e esquerda, Mário Soares derrota Freitas do Amaral. Apresenta-se como um presidente popular, defensor de um Estado Previdência, o qual garantia, através de mecanismos legais, que os mais abastados apoiassem os mais pobres, dando assim continuidade a algumas medidas de Maria de Lourdes Pintasilgo.

⁴² Entrevista a Luís Moita in BELTRÃO e HATTON, op.cit., p.319-320.

⁴³ PINTASILGO e MAGALHÃES, op. cit., p. 210-212.

Uma vez mais, por razões políticas, viu vedado o seu regresso à UNESCO, em 1986. Várias figuras ligadas ao governo de Cavaco Silva afirmam desconhecer qualquer convite para a candidatura de Maria de Lourdes ao cargo de diretor-geral da referida organização. Contudo, esse convite formal é confirmado pelo então subdiretor-geral da UNESCO.

É em julho de 1986 que Maria de Lourdes regressa às atividades internacionais. Desta feita, a convite do Partido socialista, para integrar como cabeça de lista a delegação ao Parlamento Europeu, mandato que vigorou entre setembro de 1987 e julho de 1989. As dissidências entre Maria de Lourdes e os restantes elementos do grupo fizeram sentir-se desde o início do mandato, quer pelo facto de se ver obrigada a trabalhar com pessoas que representam tudo aquilo que abomina, mas também porque esses colegas não lhe reconhecem o direito. Os militantes do partido Socialista acreditam que ela nada fez para merecer aquele cargo, pelo contrário, o facto de não ter participado ativamente na luta contra a ditadura, o facto de ter pertencido à Mocidade Portuguesa, de ter sido apoiante de Marcelo Caetano, membro da Câmara Corporativa... são factos que fazem dela *persona non grata*. Principalmente por ter ultrapassado os militantes socialistas que se dedicaram afincadamente ao partido desde a sua criação. A escolha de Pintasilgo para integrar a lista de deputados europeus é-nos explicada por Coimbra Martins, um dos fundadores do partido:

É verdade que, através das viagens e presença no estrangeiro, a Maria de Lourdes Pintasilgo ganhou uma dimensão no exterior que era sentida em Lisboa e que lhe dava perfil para o cargo. Foi por isso que a escolheram para deputada de cabeça de lista. A escolha era defensável. Ela já tinha dimensão⁴⁴.

E acrescenta que Maria de Lourdes estaria equivocada sobre o Parlamento Europeu. Ela aceitou o cargo por ter expectativas em relação ao trabalho que iria desenvolver e que acabaram por se revelar defraudadas. Nunca se adaptou ao ambiente, criticava os gastos excessivos do Parlamento. Simultaneamente, foi diferenciada por ser mulher. No Parlamento Europeu menos de um quarto dos deputados eram do sexo feminino e ela era a única mulher da delegação.

Mesmo enfrentando todas estas contrariedades, Maria de Lourdes não desiste e continua a escutar e a dialogar, numa eficaz tentativa de alargar horizontes. Assim, entre

⁴⁴ Entrevista a Coimbra Martins in BELTRÃO e HATTON, op.cit., p.334.

maio e junho de 1987, leciona na Universidade Internacional de Lisboa, num curso sobre Problemas de Desenvolvimento Global. A par do seu trabalho como deputada no Parlamento Europeu, participa na Comissão para o Desenvolvimento e Cooperação, entre outubro de 1987 e julho de 1989. Integra a Delegação para as relações com os Países da América do Sul, de janeiro a março de 1988.

Fruto das suas fortes ligações com pessoas de outras delegações, Maria de Lourdes cria, em março de 1986, em conjunto com outras três personalidades, a Plataforma Europeia para o Ambiente, *l'Entente Européenne pour l'Environnement*, uma organização com o fim de assegurar a qualidade de vida com base no ambiente.

Após a sua saída do Parlamento Europeu, Maria de Lourdes continua com as suas atividades, retomando o trabalhando que vinha realizando desde 1983 como membro do Executivo das Universidades das Nações Unidas (UNU). As reuniões semestrais do Conselho têm lugar em Tóquio, local pelo qual manifesta grande curiosidade. É lá que conhece Heitor Gurgulino de Souza, reitor da UNU em 1987 e, simultaneamente, reitor da Universidade Federal de São Carlos, em São Paulo, no Brasil. Consta que imediatamente lhe falou de um projeto que estava em desenvolvimento: a criação de um instituto internacional da UNU, dedicado ao estudo e pesquisa de *software* em Macau. Esta sua perspetiva de desenvolvimento associada às novas tecnologias foi vista como inovadora e muito bem recebida por Gurgulino de Souza. Saliente-se que naquela altura a tecnologia era acessível apenas a um número muito limitado de pessoas.

Não se poderia esperar outro desfecho: Maria de Lourdes providencia a viagem de Gurgulino de Souza a Lisboa, no sentido de obter apoio financeiro e político para a criação do *International Institute for Software Technology* – UNU/IIST. Embora o dito instituto tenha iniciado as suas atividades apenas em 1990, a sua origem deve-se aos esforços de Maria de Lourdes.

Entre 1988 e 1993, assume o cargo de vice-presidente do Conselho de Interação dos ex-chefes de Estado e de Governo, beneficiando do prestígio que este organismo favorece. É também em 1988 que se torna membro do comité consultivo do *Synergos Institute*, uma organização sem fins lucrativos criada por Peggy Rockefeller, com o objetivo de encontrar soluções efetivas e sustentáveis, no âmbito local, para reduzir a pobreza no mundo.

No ano de 1989 é eleita pela Assembleia-geral da ONU, membro do Conselho de Ciência e da Tecnologia ao Serviço do Desenvolvimento, cargo que mantém até 1991.

Como resultado de um compromisso entre três mulheres, Maria de Lourdes Pintasilgo, Kerstin Jacobsson, da Suécia, e Micklern, de Inglaterra, nasce um projeto no âmbito do Graal. A Rede Lien – *Women World Wide* nasce com o fim de facultar a formação a jovens mulheres europeias diplomadas. Mais uma vez é utilizada a metodologia de Paulo Freire, no sentido de tornar mais eficiente e eficaz a intervenção cívica e sociocultural dessas mulheres. Em 2000, o pequeno grupo de mulheres contava já com mais de duzentas e cinquenta, constituindo uma rede transnacional que incluía trinta países. Este projeto é, indubitavelmente, aquele que melhor representa o pensamento de Maria de Lourdes Pintasilgo. Ela entende a mulher como um dos pilares essenciais para a renovação das estruturas de uma sociedade em mutação, fenómeno que requer o empenhamento moral para a resolução dos graves problemas que o planeta enfrenta.

Maria de Lourdes tornara-se uma cidadã do mundo. Aos sessenta anos nada a pode demover dos seus intentos e convicções. No seio de várias organizações internacionais, continua a defender e a promover medidas para a erradicação da pobreza, para os direitos e a igualdade da mulher, apelando à responsabilidade social e à integração, conducentes a um progresso humano harmonioso. Os problemas que afloram na década de 90, a nível mundial, exigem, segundo Pintasilgo, a consciência da urgência de cuidar do planeta, de cuidar das multidões pobres, já não por razões éticas, mas por razões de sobrevivência.

Vítima de preconceitos e rótulos por parte dos seus compatriotas, Maria de Lourdes viu por diversas vezes o seu caminho barrado, não só em Portugal mas também lá fora. Em 1990, foi convidada pelo secretário-geral da OCDE para presidir a um grupo de trabalho de peritos de alto nível sobre A Mudança Estrutural e o Emprego das Mulheres, mas o representante de Portugal na OCDE respondeu dizendo que o país não queria ser representado internacionalmente por uma pessoa terceiro-mundista. No entanto, o prestígio de Maria de Lourdes Pintasilgo a nível internacional arrasa com as intrigas políticas portuguesas e ela inicia o trabalho. É uma tarefa que ela encara com muito agrado, por ver nela uma brecha por onde entrar numa nova fase de emancipação das mulheres. A sua publicação *Palavras Dadas* é bastante ilustrativa da condição da mulher na sociedade de então:

Nos anos 80 as mulheres situavam-se no mundo do trabalho como sendo parte do que a OCDE chamava “desemprego estrutural”. A concorrência desenfreada que atravessa o mercado de trabalho tem acentuado em todas as classes sociais (...)

sobretudo o receio de virem a ser eliminadas pelas várias operações cegas do mercado de trabalho (...) É certo que o nosso país tem um dos mais altos índices de participação das mulheres na vida económica (...). Mas o custo social e psicológico é tal que não pode deixar de levantar numerosas questões sobre as condições desse trabalho. As mulheres operárias, empregadas do comércio e dos serviços, vivem com salários muito perto do salário mínimo. (...) Até as mulheres com funções de responsabilidade vivem hoje, mais do que há quatro ou cinco décadas, uma carga intensíssima. (...) A acrescentar aos horários suplementares (...) as mulheres só conseguem continuar as tarefas familiares à custa de um enorme esforço.

O receio do desemprego em todos os estratos sociais impede a interrupção da actividade profissional, já que não existe na maior parte dos países (incluindo o nosso) uma política que reconheça o valor humano e social da maternidade. Elas são assim as proletárias do século.

O referido relatório foi de tal forma acolhido que, posteriormente, foi incluído do livro da OCDE *Mulheres e Mudança Estrutural: Novas Perspectivas*, em 1994. Nele se refere a necessidade urgente de assumir medidas que permitam resolver a dificuldade das mulheres em conciliar as responsabilidades profissionais com as familiares. Se por um lado é evidente que a solução para os problemas económicos está na mulher, que assume o papel de ator social e profissional ativo, por outro lado, daí resulta uma situação desgastante, que prejudica não só a saúde da própria mulher e que contribui para um aumento da taxa de absentismo, mas também provoca efeitos negativos a nível familiar, levando à falta de cuidados com familiares e mesmo à crescente taxa de dissolução das famílias. De entre várias soluções é proposto o investimento na educação e formação femininas.

Recebe o doutoramento *honoris causa* pela Universidade Católica de Louvaina, na Bélgica, em 2 de fevereiro de 1991. Considerando que se trata de uma universidade muito prestigiada, quer no mundo intelectual, quer na Igreja, este é um ato de grande valor para Maria de Lourdes.

A 11 de março do mesmo ano, preside ao encontro de Especialistas de Alto Nível do Interaction Council, em Lisboa. O relatório resultante desse encontro exprime a necessidade de “corrigir os desequilíbrios económicos persistentes entre o Norte e o Sul,

erradicar a pobreza total, e reduzir o consumismo nos países desenvolvidos”⁴⁵. Os centros políticos incumbidos de analisar estes relatórios recebem-nos e comentam-nos com respeito, ao contrário do que acontece com a maioria dos pareceres e relatórios que chegam às secretárias dos políticos portugueses e que acabam esquecidos na gaveta. Maria de Lourdes terá confidenciado esta situação ao seu amigo embaixador sérvio Dragoljub Najman.

A Assembleia da República portuguesa elege, em 1991, Maria de Lourdes como membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida. Esta experiência muito lhe agradou pelo facto de, apesar dos vários confrontos de ideias com pessoas de diferentes fações políticas, conseguir derrubar preconceitos e barreiras, o que permitiu um intercâmbio enriquecedor.

Entretanto, os convites para encontros, conferências e trabalho lá fora multiplicam-se. Maria de Lourdes é figura de grande prestígio a nível internacional e, consciente disso, dá continuidade ao seu “projeto” iniciado com as campanhas de alfabetização, preconizadas no âmbito do Graal, desenvolvendo o conceito de valorização da cidadania naqueles cujo horizonte é limitado pela ignorância e pela pobreza.

Em *Ex-Aequo*, Rosiska Darcy de Oliveira, uma jornalista brasileira, explica:

*Maria de Lourdes, a cada dia e com consciência lúcida sobre a grandeza da tarefa que se impunha, fez do planeta sua pátria e sua casa, e nessa trajetória forjou um pensamento global, longe das mesquinhas e limitações das fronteiras. Sua itinerância foi a metáfora de um espírito inquieto, que assumiu todos os riscos de seu tempo. De todas essas aventuras a maior terá sido, abrindo caminho para todas nós, a travessia dos inexplorados territórios do Feminino.*⁴⁶

As suas convicções encontram eco nos vários encontros internacionais de mulheres em que participa ativamente, escutando as mulheres de vários países sobre as suas realidades concretas. A perspectiva de Maria de Lourdes permite ver mais longe. Ela entende que todos os assuntos são interdependentes e globais. Ela alerta os governos para a necessidade urgente de tomada de medidas num mundo em transformação. Nessa altura surgiu o primeiro *browser* para navegar na *World Wide Web*, marcando o início de uma

⁴⁵ BELTRÃO e HATTON, op. cit., p. 353 e 354.

⁴⁶ OLIVEIRA, Rosiska Darcy in *Ex-Aequo: revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, nº 12/2005.

nova era a nível mundial. Simultaneamente, levantam-se questões de carácter ambiental que afetam todo o globo. Torna-se urgente estabelecer parâmetros que regulem a correlação entre população, ambiente e desenvolvimento.

Passado um ano da assinatura do Tratado de Maastricht, a União Europeia entra no Mercado Único, o que implica grandes alterações económicas em todos os países da comunidade. É então criado um Grupo de Peritos do Conselho da Europa sobre Igualdade e Democracia, com o objetivo de estudar e explicar o conceito de igualdade e democracia partidária. Maria de Lourdes é eleita presidente.

Não obstante as diversas solicitações que a ocupam e a fazem trabalhar afincadamente, Maria de Lourdes mantém vários cargos em simultâneo. Até 1993 mantém-se como conselheira especial do reitor da Universidade das Nações Unidas. Nesse mesmo ano assume a presidência do Conselho Diretivo do Instituto Mundial de Investigação sobre Desenvolvimento Económico. Em 1994, assume a presidência do *Sisterhood Is Global Institute*, onde era membro desde 1986. Continua imparável, empenhada na valorização humanista das sociedades e da ciência.

O percurso internacional de Maria de Lourdes Pintasilgo deu origem ao convite para liderar dois grandes projetos, na década de 90.

O primeiro convite é apresentado pelos governos dos Estados Unidos, Países Baixos, Suíça, Reino Unido, Japão, pela ONU, pelo Banco Mundial e por várias fundações americanas. Maria de Lourdes assumiria a presidência da Comissão Mundial Independente sobre a População e a Qualidade de Vida, fundada com o fim de abordar as questões mais prementes relacionadas com a humanidade numa escala global. A Comissão é composta por dezoito membros de países industrializados e em desenvolvimento, todos eles figuras de prestígio internacional. Motivo de regozijo para Maria de Lourdes é o facto de existir paridade de homens e mulheres. O fim desta comissão é apresentar uma nova abordagem das questões relacionadas com a população, numa perspetiva que contemple os direitos humanos e os diversos aspetos socioeconómicos.

Evidentemente que o âmbito inicial do trabalho foi alargado para poder incluir a questão da qualidade de vida como um conjunto articulado de direitos e deveres. Esse trabalho foi realizado com base numa metodologia “inovadora”: os membros da Comissão viajavam para recolher dados e testemunhos reais. A conclusão dessa investigação foi a de que era necessária uma mudança de valores, tanto no que concerne

ao crescimento da população, quer no que diz respeito aos padrões de consumo, conforme o prefácio do relatório “Cuidar o Futuro”:

*O desenvolvimento é equacionado com, ou é tido como sinónimo de, o crescimento económico apenas. Assim, são retiradas todas as implicações sociais (...). A realidade humana é multidimensional e não cabe na dimensão única de crescimento económico.*⁴⁷

Este relatório assume tal importância para Maria de Lourdes, que decide atribuir o seu nome à Fundação que viria a criar, a Fundação Cuidar o Futuro.

O segundo convite partiu da Comissão Europeia para integrar o Comité dos Sábios, constituído em outubro de 1995, com o fim de produzir um relatório que fundamente o primeiro Fórum Europeu sobre Política Social, que veio a realizar-se em março do ano seguinte. O comité é composto por seis ex-políticos e académicos de reconhecida experiência e independência. O grande objetivo deste trabalho é procurar o alargamento da União Europeia à dimensão social, que conduziria à revisão do Tratado Europeu, prevista para 1997.

Inevitavelmente, Maria de Lourdes excede o propósito inicial deste projeto, e para além de abordar os direitos cívicos, aproveita para fazer referência ao papel que os direitos sociais devem ter na construção da Europa. Face a uma nova Europa, o Comité sugere a revisão do modelo de desenvolvimento em vigor. São apresentadas várias recomendações:

*(...) existência de um salário para quem não encontra trabalho e não tem outra fonte de rendimento, ou que realiza trabalho voluntário. (...) Devem ser incluídos, numa Carta de Direitos Fundamentais, a igualdade perante a lei, a proibição de discriminação, a igualdade entre homens e mulheres, e o movimento livre dentro da EU, o direito à educação, alojamento, trabalho, protecção da família, etc. assim como um salário mínimo nacional: anos mais tarde estes direitos serão aceites como “normais”, mas na altura consideram-nos utópicos e irrealistas.*⁴⁸

⁴⁷ Prefácio, *Cuidar o Futuro* in BELTRÃO e HATTON, op. cit., p. 366.

⁴⁸ BELTRÃO e HATTON, op. cit., p. 373 e 374.

Lamentavelmente, no espaço europeu existem muitos e diversos interesses. O choque que este relatório provocou deu origem a mais dois pedidos de relatórios, sobre o mesmo tema, a outros dois grupos de trabalho. Podemos-nos questionar se a inércia dos políticos se deve exclusivamente a questões que se prendem com os seus interesses políticos e económicos ou se para isso não contribuem outros fatores relacionados com o conformismo cómodo que se vive. Na verdade, recriar estruturas culturais, estabelecer novos parâmetros, novas normas, novos hábitos é mais fácil no papel do que na prática.

Apesar de tudo, em dezembro de 2000, é adotada a Carta de Direitos Fundamentais, na Cimeira de Nice. Este documento regula direitos políticos, económicos, sociais e culturais. Em 2004 é incluído na proposta da Constituição Europeia.

Em maio de 2001, Maria de Lourdes integrou o *Interim Executive Committee*, com vista à criação de uma Comissão para a Globalização. Na sessão plenária presidida por Maria de Lourdes e por Carl Bildt, ela salienta a necessidade de analisar e resolver os novos paradigmas que surgem como consequência da alteração do conceito de Estado e de democracia.

A par dos compromissos internacionais, Maria de Lourdes continua desenvolvendo vários projetos, preparando com toda a minúcia as conferências e organizando compromissos, mas o seu estado de saúde começa a degradar-se. E hipocondríaca como era, deixa levar-se pela doença, acusando problemas de má circulação, de mau funcionamento do aparelho digestivo. Mas o maior abalo sofreu-o em outubro de 1996.

Após uma heroica luta contra a doença, Teresa Santa Clara Gomes, amiga íntima de Maria de Lourdes, morre a 4 de outubro de 1996, deixando para além do vazio da sua ausência, uma profunda tristeza em Maria de Lourdes. Juntas tinham descoberto e fundado o Graal, partilhado momentos de comunhão espiritual e projetos, alguns dos quais ficaram por concretizar.

A ideia de criar uma Fundação foi um desses projetos que, por razões várias, nunca tinha passado do papel. Contudo, a partida de Teresa faz emergir em Maria de Lourdes a urgência de realizar esse sonho. Como sempre, as questões administrativas e jurídicas, em Portugal, só tornaram possível a concretização do projeto seis anos depois. A Fundação, nascida a 13 de julho de 2001, anuncia a sua missão no seu próprio *site*:

A Fundação Cuidar o Futuro assume como missão procurar encontrar, entre

outras, propostas estruturantes para a Qualidade de Vida, para a educação, para os direitos mas também para as responsabilidades, para a saúde, para o desafio ecológico, para a igualdade entre homens e mulheres, para um novo contrato social que envolva as pessoas.

É neste contexto que a Fundação se assume como agente social e político, como agente de informação, como parceiro civil de outras organizações, como instituição vocacionada para dinamizar o diálogo entre organizações, e ainda, através do tratamento do arquivo histórico de Maria de Lourdes Pintasilgo, como agente de preservação da memória histórica e cultural.⁴⁹

Não obstante a idade de Maria de Lourdes e o agravamento da sua saúde, ela não se cansa, não desiste. O mundo transformou-se numa aldeia global, as novas tecnologias tornam próximo o que antes estava distante, torna-se necessário alargar a consciência, aproveitar as brechas que Maria de Lourdes apontava incessantemente, para reinventar o conceito de democracia, para por fim à pobreza de tantos milhões de pessoas e acabar com as desigualdades sociais.

Pelos seus setenta anos, um grupo de amigos liderado por Isabel Allegro decide felicitá-la com um livro com vários testemunhos sobre o que ela lhes deu a eles e ao mundo. O livro *Mulher das Cidades Futuras* reúne documentos diversos, desde a poesia, à pintura, à música, à fotografia, que retratam Maria de Lourdes. Vemos elogiada a sua visão inovadora do mundo, a sua criatividade intelectual, a sua ética e coragem, o seu envolvimento no futuro.

E é pensando no futuro que Maria de Lourdes se reúne semanalmente com um grupo de jovens mulheres licenciadas. Eram encontros informais, tertúlias, em que se falava de cinema, de amores, de família, de trabalho, de saúde e de sexualidade, de acordo com o testemunho de Paula Borges, amiga que a acompanhou na derradeira fase da sua vida.

Quando o corpo se torna obstáculo e Maria de Lourdes se vê obrigada a cancelar alguns compromissos internacionais, passa a dedicar-se à organização do seu espólio documental e ao livro que queria ver publicado em setembro de 2004. Queria retribuir todo o carinho àqueles que lhe dedicaram o livro *Mulher das Cidades Futuras*.

⁴⁹ <http://www.fcuidarofuturo.pt/missao.html>

Nos meses que se seguem sucedem-se vários acontecimentos que chocam Maria de Lourdes e que contribuem para o agravamento do seu estado de saúde.

Em junho de 2004, durante a campanha para as eleições europeias, morre o seu amigo Sousa Franco, cabeça de lista do PS. A morte da sua querida amiga Sophia de Mello Breyner Andresen, em 2 de julho, deixou-a bastante abalada. Dia 6 de julho, o país vê-se perante uma nova crise política, com a demissão de Durão Barroso do cargo de primeiro-ministro, para assumir funções como presidente da Comissão Europeia.

Para Maria de Lourdes, Durão Barroso demitiu-se das suas responsabilidades, dando origem à maior crise política desde o 25 de abril. Foi chamada para uma audiência com o Presidente da República, Jorge Sampaio, sobre este assunto e sobre o problema de sucessão que se levantava.

Apesar da fragilidade da sua condição física, manteve a reunião semanal com as jovens em sua casa. No dia seguinte escreveu um texto dedicado a Sophia de Mello Breyner e o artigo mensal para a revista *Visão*. Mas o 8 de julho acordou-a com um mal-estar e a prostração apoderou-se dela no dia seguinte.

Faleceu na madrugada do dia 10 de julho de 2004.

A missa foi na Basílica da Estrela. Consta que no início da celebração, quatro amigos desdobraram a bandeira e colocaram-na sobre o caixão. Estiveram presentes muitas individualidades da esfera política portuguesa, muitos amigos e as companheiras do Graal.

Cá fora gritavam “Viva o 25 de abril”, “Viva a liberdade”.

Não teve direito a qualquer iniciativa oficial.

Na gaveta do jazigo municipal do Cemitério dos Prazeres, onde foi sepultada, lê-se:

Fiz de Deus o centro da minha vida.

Reflexões finais

Numa época e num país em que as mulheres se viam arredadas da participação ativa na vida política, Maria de Lourdes destaca-se. Acreditamos que, para o prestígio e projeção que alcançou a nível nacional e internacional, muito contribuiu a sua constante necessidade de confrontação, a sua criatividade intelectual e a sua fé.

Na verdade, a vida de Maria de Lourdes Pintasilgo foi desde o início diferente da

grande generalidade das suas compatriotas. Filha de pais separados, viveu com a sua família numa casa de militares, num ambiente politizado. A sua avó, que assumia um papel de liderança no seio familiar, era agnóstica, ao contrário da maioria da população que vivia enfeudada ao Catolicismo. A sua mãe foi a pessoa que representou um papel mais preponderante na sua educação, exigindo, fomentando, incentivando.

Chegado o final da 4ª classe, a maioria das meninas dava por terminados os seus estudos, mas Maria de Lourdes foi mais longe e ingressou no liceu onde, desde logo, conquistou um lugar nos Quadros de Honra pelos excelentes resultados que apresentava. Enquadrando-se nas estruturas culturais fortemente implantadas e reguladas pela ditadura, sempre se mostrou uma menina obediente e, por oposição à sua família, descobriu a fé, através das organizações femininas.

A sua personalidade *sui generis* revelou-se quando decidiu ingressar no ensino superior e frequentar o curso de engenharia química. Foi na Universidade que, face ao elevado nível de exigência, desenvolveu capacidades que permitiram o sucesso das suas intervenções.

No entanto, foi o facto de durante quase toda a sua vida ter tido possibilidade de contactar diretamente com outras mentalidades, de viver em ambientes multiculturais, que lhe proporcionou a distância necessária para comparar e relativizar as estruturas estabelecidas e desenvolver uma diferente estrutura de pensamento.

Antevendo o avanço das tecnologias e dos novos paradigmas criados pela globalização, antecipou-se na apresentação fundamentada de soluções para um novo conceito de democracia, para a promoção da qualidade de vida digna de todos os cidadãos, para a defesa do ambiente. Contudo, o seu maior legado foi a sua intervenção no sentido de mudar o estatuto da mulher. Ela entendia que a mulher é um dos suportes sociais e económicos que aporta grande valor à sociedade em geral e, por isso, devem ser tomadas medidas na área da educação e na área social, no sentido de permitir à mulher a sua integração no mundo do trabalho, sem esquecer o seu papel no âmbito da família.

Na memória nacional destaca-se como pioneira, por ter sido a primeira mulher, e única até hoje, a assumir o cargo de primeira-ministra. As suas intervenções a nível internacional, fundamentadas científica e tecnicamente, mas baseadas na sua “Teoria das Brechas”, concederam-lhe uma posição de visibilidade e prestígio.

A figura de uma mulher engenheira, na vida política de um país que acabava de derrubar uma ditadura suscitou o interesse internacional, no entanto, na cena política

nacional, foi apenas aceite inicialmente por se integrar num período de mudanças, em que o seu estatuto de mulher passava despercebido. Quando assume o cargo de primeira-ministra, e mais tarde se candidata às presidenciais, torna-se evidente que o seu estatuto de mulher seria motivo para a manifestação dos preconceitos não só dos seus adversários, que a tratam de forma hostil, mas também daqueles a quem ela cativou: o povo. Declaradamente, o país não aceitou uma mulher num tão alto cargo político.

Maria de Lurdes não se identificava com os códigos que regulavam a vida política, as suas decisões e ações eram estabelecidas por orientações religiosas e morais, não o contrário, a que nos habituámos.

O facto de ter vivido durante a maior parte da sua vida em contacto com outras culturas e outras estruturas de pensamento, facultou a Maria de Lourdes não só um alargamento de horizontes mas também, como ela gostava, a possibilidade de analisar, comparar e de confrontar diferentes ideologias. Os resultados deste processo seriam posteriormente “introduzidos” nas estruturas de pensamento vigentes, de forma gradual, sem recurso à força ou à imposição.

Assumi a tarefa de promover a mudança de mentalidades e, nesse sentido, desenvolveu vários trabalhos, quer no âmbito nacional, quer no âmbito internacional, em que está patente a sua preocupação com os direitos humanos, com o direito à igualdade, à cidadania responsável e ao respeito pela natureza.

O seu apelo à conscientização, como meio essencial para a promoção de mudanças, é intemporal:

Não se acomodem ao mundo como é, à sociedade como a encontram, à vida como vo-la mostram. Mas restituam ao mundo a beleza das origens, à sociedade a justiça que a torna possível, à vida o ideal que a transforma e enriquece (...) Abandonem os caminhos de prestígio que a si próprio se alimenta e que deixa o coração vazio. Não procurem senão a alegria pelo que são e realizam. Construam a vossa própria vida. Pouco a pouco, ao ritmo das mudanças, íntimas e não impostas, olhem para trás e perguntem: O que quer isto dizer? O que leio na minha vida? E essa leitura vos guiará.⁵⁰

⁵⁰ PINTASILGO e MAGALHÃES, op. cit., p. 59-60.

Bibliografia

AAVV, *Mulher das Cidades Futuras*, Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

BELTRÃO, Luísa e HATTON, Berry, *Uma história para o futuro, Maria de Lourdes Pintassilgo*, Lisboa: Tribuna, 2007.

BETTENCOURT, Ana Maria e Silva e Maria Margarida (coords.) *Mulheres Políticas: As suas causas*, Lisboa: Quetzal Editores, 1995.

CRUZ, Braga da, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa: Presença, 1988.

GORJÃO, Vanda, *Mulheres em Tempos Sombrios Oposição Feminina ao Estado Novo*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

NUNES, João Arsénio, *Salazar e os fascismos*, in *Vértice*, nº 13, 1989.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy in *Ex-Aequo: revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, nº 12/2005

PIMENTEL, Irene Flunser, *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, Lisboa: Temas e Debates, 2001.

PIMENTEL, Irene Flunser, *Influências internas e externas na Obra das Mães e na Mocidade Portuguesa Feminina*, Lisboa: Campus Social, 2006/2007.

PINTASILGO, Maria de Lourdes, MAGALHÃES, Isabel Allegro (coords.), *Palavras Dadas*, Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

PINTASILGO, Maria de Lourdes, *Sulcos do nosso querer comum*, Porto: Edições Afrontamento, 1980.

Recortes de entrevistas concedidas durante o V Governo Constitucional.

Webgrafia

<http://www.vatican2voice.org/3butlerwrites/aggiorna.htm>. Último acesso em 2014-06-29.

<http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-provisorios/gp05/programa-do-governo/programa-do-v-governo-provisorio.aspx>. Último acesso em 2014-07-21.

<http://www.clubofrome.org/?p=4764>. Último acesso em 2014-06-29.

<http://www.fcuidarofuturo.pt/missao.html>. Último acesso em 2014-07-21.